



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026		Data de Abertura: 23/06/2026 às 09h00m (Horário de Brasília) no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS SISTEMAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO (PPCI) NOS EDIFÍCIOS SEDE E ANEXO DA JUSTIÇA FEDERAL NO TOCANTINS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, RECARGAS E CERTIFICAÇÕES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DESTA EDITAL.		
VALOR GLOBAL ESTIMADO ANUAL DA CONTRATAÇÃO: R\$61.221,20 (sessenta e um mil, duzentos e vinte e um reais e vinte centavos).		
Registro de Preços?	Licitação Exclusiva ME/EPP?	Prazo de Execução e Vigência do Contrato:
Não	Sim	- O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, observadas as condições e limites estabelecidos no art. 107 da Lei 14.133/2021 , já incluído o primeiro ano de vigência.
Prazo para registro, no Comprasnet, do valor da proposta de preços: A partir da data da liberação do Edital no Portal do Comprasnet, até a data e hora de abertura da sessão pública.		
O registro, no sistema Comprasnet, do valor da proposta inicial de preços deverá considerar o seguinte:		
- Item 01 (Único): Reforma do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico dos Edifícios Sede e Anexo da Seção Judiciária do Tocantins - Valor global;		

EDITAL DE LICITAÇÃO

UASG: 090038

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

Pae-Sei nº 0001774-40.2025.4.01.8014

A Justiça Federal de Primeiro Grau do Tocantins, por intermédio do Pregoeiro designado pela [Portaria SJTO-DIREF nº 516/2023](#) (22101574), de 20/12/2023, torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico, do Tipo Menor Preço, modo de disputa ABERTO**, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, com obediência aos preceitos e disposições do Termo de Referência da Contratação (Anexo I deste edital) e das seguintes disposições normativas e suas respectivas alterações posteriores:

Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações correlatas à matéria, subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1 - **Contratação de empresa especializada em engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCI)** nos edifícios Sede e Anexo da Justiça Federal no Tocantins, incluindo o fornecimento de peças, recargas e certificações, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.2 – Valor Máximo Estimados da Contratação - Valor Global Anual:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QTDE	VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO
1	Contratação de empresa de engenharia para execução de reforma do SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO dos Edifícios Sede e Anexo da Seção Judiciária do Tocantins, em Palmas - TO.	Serviço	01	R\$61.221,20
VALOR TOTAL GLOBAL ANUAL ESTIMADO				R\$61.221,20

1.3 - A licitação pelo valor global justifica-se pela conveniência de execução dos serviços e o fornecimento dos materiais serem atribuídos a uma única contratada, conforme justificativas constantes do subitem 3.3.1 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.4 - Será adotado como Regime de Execução Indireta, sendo por Empreitada por Preço Global.

1.5 - Os serviços objeto deste Pregão deverão ser prestados na seguinte localidade:

Local	Endereço	Telefone
Seção Judiciária do Tocantins	Quadra 201 Norte, Av. Teotônio Segurado, Conjunto 1, Lote 2A, Palmas - TO.	(63)3218-3803

1.6 - As especificações contidas no Edital e seus anexos SEMPRE prevalecerão em relação àquelas contidas no Portal de Compras Governamentais ([Comprasnet](#)).

1.7 - No tocante aos documentos de proposta de preços e habilitação, além de outros assuntos atinentes à contratação, havendo divergências entre as informações constantes no Termo de Referência com as deste Edital, prevalecerão as do Edital.

2 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 23/06/2026

Horário: 09h00m (horário de Brasília)

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

3.2 – Para este Pregão, poderão participar:

3.2.1. Microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, regulamentada pelo Decreto 8.538/2015, especialmente o seu artigo 6º, atendendo para o disposto na alínea “j” do subitem 4.1 deste Edital;

3.2.2. Empresas reunidas em consórcio ou que sejam controladoras ou controladas, coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#);

3.3 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.4 - O credenciamento junto ao Comprasnet implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.5 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Justiça Federal do Tocantins responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6 - Não será permitida a participação de empresas:

3.6.1 - cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

3.6.2 - que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata e insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.6.2.1 - empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que apresentem certidão emitida pela instância competente que aprovou e homologou o plano de recuperação judicial na forma do art. 58 da Lei 11.101/2005, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 14.133/21;

3.6.3 - suspensas temporariamente de participar em licitações e contratar no âmbito desta Seção Judiciária nos termos do art. 156, inciso III da Lei nº. 14.133/21;

3.6.4 - que estejam sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de Crimes Ambientais);

3.6.5 - que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/21 e nos arts. 1º, 2º e 4º da Resolução nº 156/2012 – CNJ, alterada pela Resolução nº 186, de 18/02/2014;

3.6.6 - declaradas inidôneas para licitar ou para contratar com a Administração Pública;

3.6.7 - impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada, nos termos do art. 156, §4º e §5º da Lei nº. 14.133/21;

3.6.8 - cujo sócio majoritário esteja proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por ato de improbidade, nos termos da Lei n. 8.429/92;

3.6.9 - que constam no Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS, banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU, que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Esse Cadastro abrangerá, também, os condenados pelo Poder Judiciário por ato de improbidade administrativa, cujos dados são fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça a partir do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNClA, bem como a lista de inidôneos declarados pelo Tribunal de Contas da União - TCU, nos termos do art. 46 da Lei n. 8.443/92.

3.7 - A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

3.8 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.9 - Caso a empresa licitante não cumpra os prazos estipulados pelo pregoeiro e postados no chat para dirimir dúvidas ou apresentar esclarecimentos, a proposta será desclassificada para o item em questão.

3.10 - Incluem-se na vedação estabelecida no subitem anterior, as hipóteses previstas no art. 14 da Lei 14.133/21;

3.11 - É vedada, ainda, a participação nesta licitação de Cooperativas, haja vista que, pela natureza do objeto, é usual e necessária a subordinação entre o trabalhador e a futura CONTRATADA, sendo inviável para o bom andamento da obra/serviço e a gama de serviços nele incluídos a autonomia que caracteriza o exercício de atividade laborativa por intermédio de cooperativa de trabalho, conforme prevê o art. 5º da Lei Federal nº 12.690/2012.

4 – DAS DECLARAÇÕES NO COMPRASNET

4.1 - A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico (*Comprasnet*):

a) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) A proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

c) Atendimento aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

d) Inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação em caso de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

e) Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

h) Observância aos incisos III e IV do art. 1º e de que cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

i) Cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis

j) O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar tal condição em campo próprio do Sistema (Comprasnet), tendo em vista que este Pregão é destinado à participação exclusiva de ME/EPP.

5 – DAS DOCUMENTAÇÕES DE PROPOSTA

5.1 – Documentações de Proposta de Preços a serem anexadas:

5.1.1 – PROPOSTA DE PREÇOS contendo a descrição do serviço ofertado, conforme modelo disposto no Anexo II deste Edital, e atendendo aos seguintes dispositivos:

a) deverá ser redigida em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar da mesma o seu nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, além de indicar o endereço, e-mail e seu telefone de contato, bem como fazer menção ao número deste Pregão;

b) deverá informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contado do dia útil imediatamente posterior ao indicado no preâmbulo deste Edital;

c) deverá informar o prazo de execução dos serviços será conforme o estabelecido no item 10 do Termo de Referência - Anexo I do Edital;

d) deverá indicar o nome e os números dos documentos (RG e CPF) do representante legal da empresa, que assinou a proposta de preços apresentada. Caso o Representante Legal da empresa não esteja contemplado para tal no Contrato Social ou Estatuto da empresa, deverá apresentar procuração dando-lhe poderes para assinatura da proposta de preços;

e) A Proposta, além das informações dispostas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 5.1.1, **deverá ser acompanhada das seguintes planilhas, em excel:**

- **Planilha Orçamentária**

- **Cronograma físico financeiro**

- **Composição do BDI**

► Nota: Os modelos destas planilhas acima estão disponíveis no **link - Anexo V** do subitem 24.1 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital

f) A formatação da planilha orçamentária, do cronograma físico-financeiro e da taxa de BDI da proposta das empresas, deverá coincidir com as formatações adotadas nos modelos indicados no Modelo de Proposta - Anexo II deste Edital.

g) Deverão constar da proposta e respectivas planilhas todos os itens integrantes da relação do serviço, descritos no Modelo de Proposta. Os valores deverão estar sempre limitado a duas casas decimais;

5.2 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.3 - Para formular e encaminhar a proposta de preços, a licitante deverá estar ciente e levar em consideração as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (anexo I) e no Modelo de Proposta (anexo II), deste Edital.

5.4 - A ausência ou insuficiência, na Planilha Orçamentária, de quaisquer bens e serviços, materiais ou insumos que sejam necessários à integral execução do objeto obriga a proponente a providenciá-los sem custo adicional para o CONTRATANTE. Assim, cada proponente deve examinar detidamente os projetos e os termos deste instrumento e seus anexos, especialmente quanto ao detalhamento dos serviços, avaliar e adotar quantitativos de acordo com sua própria metodologia, pois a previsão do que se fizer necessário à completa execução dos serviços é de inteira e exclusiva responsabilidade da proponente, não lhe sendo admitida a arguição de omissões, enganos ou erros posteriores com a pretensão de majorar o valor global proposto.

5.5 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

5.6 - A participação no certame, com a apresentação das documentações de proposta, implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores que encerrem a pretensão de alterar o valor ofertado.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 – Documentos de habilitação a serem anexados:

6.1.1 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

6.1.1.1 - Serão verificadas as validades dos documentos abaixo, exceto nos casos de licitantes que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, mediante comprovação da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente. As cópias dos documentos comprobatórios da situação de recuperação judicial ou extrajudicial da licitante deverão ser anexadas no sistema Comprasnet ou anexadas ao sistema SICAF:

a) Prova de Regularidade para com Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal;

b) Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS junto à Caixa Econômica Federal;

c) Prova de Regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal;

d) Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.1.2.1 - A licitante deverá anexar:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vigente e devidamente registrado junto ao órgão competente, conforme a legislação que rege a matéria, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) ou, alternativamente, comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, salvo no caso de licitantes que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, mediante comprovação da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente. As cópias dos documentos comprobatórios da situação de recuperação judicial ou extrajudicial da licitante deverão ser anexadas junto às documentações de habilitação ou anexadas ao sistema SICAF.

6.1.2.2 - O balanço patrimonial e a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1.3.1. Registro ou inscrição da empresa, assim como de seu responsável técnico, nas entidades profissionais no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

6.1.3.2. Comprovação, por meio da apresentação de **certidões ou atestados**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa (**devidamente registrado no conselho profissional competente**) que comprove aptidão para o fornecimento, instalação e garantia de bens compatíveis com o objeto desta contratação.

6.1.3.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

6.1.3.3.1. Será adotado 2.900,00m² como área mínima para comprovação dos atestados, sendo eles de instalação e/ou reforma e/ou manutenção em sistemas de incêndio e pânico.

6.1.3.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.1.3.5. JUSTIFICATIVA: A qualificação técnica se justifica a fim de garantir a contratação de uma empresa com aptidão comprovada para manter a operacionalidade dos sistemas de emergência, garantindo a segurança das instalações da Seção Judiciária e o pleno atendimento às normas de segurança contra incêndio e pânico.

6.1.4 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1.4.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com a última alteração, Registro Empresarial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU), devidamente registrado no órgão competente.

6.1.4.1.1. Em quaisquer dos atos constitutivos, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da contratação;

6.1.4.1.2. Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.

6.1.4.1.3. São aplicáveis as regras do art. 3º da Lei 13.726/2018 relativamente à autenticação de documentos.

6.1.4.2. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

6.1.4.3. Pessoa física: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional. (quando houver previsão de contratação de pessoa física Ver [IN 116/2021 - SEGES](#) pessoa física)

6.1.5. DA VISTORIA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

6.1.5.1. Às empresas interessadas **será facultada a realização de visitas** às dependências do Ed. Anexo da Seção Judiciária do Tocantins, localizada em Palmas - TO, mediante agendamento, para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para verificar todas as informações relativas à sua execução.

6.1.5.2. A realização de vistoria possibilitará o melhor entendimento das condições do prédio, análises dos locais onde serão realizadas a retirada da cobertura danificada e instalações da cobertura nova, possibilitando a apresentação de propostas compatíveis com o objeto contratado.

6.1.5.3. O endereço do Ed. Anexo da Seção Judiciária do Tocantins é Quadra 201 Norte, Av. Teotônio Segurado, Conjunto 1, Lote 2A, Palmas-TO, devendo o agendamento supramencionado ser realizado pelo e-mail: sepop.to@trf1.jus.br.

6.1.5.3. As licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

6.1.5.4. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais da prestação dos serviços, com vistas a proteger o interesse da ADMINISTRAÇÃO na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário – TCU.

6.1.5.5. Em havendo a realização da vistoria, deverá ser apresentada, juntamente com a proposta, a devida declaração emitida pela SEPOB/SJTO.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 - Cabe ao licitante se responsabilizar formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

7.4 - O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e

7.5 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.2 - Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.3 - O registro, no sistema Comprasnet, do valor da proposta de preços deverá considerar o somatório dos valores totais dos itens pertencentes ao item/relação única.

9 – DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES – MODO ABERTO)

9.1 - Na etapa competitiva (sessão pública), os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance. Na fase de lances, a disputa será pelo valor total global da planilha orçamentária.

9.2 - O (s) lance (s) deverão ser formulados: pelo **valor global** da Planilha Orçamentária.

9.3 - O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.4 - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.5 - Observado o subitem 9.3, supracitado, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.6 - O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.7 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.8 - Será adotado o **modo de disputa aberto**.

9.9 - Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

9.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta será de R\$ 1,00 (um real). Lances intermediários são lances iguais ou superiores ao menor já ofertado no Pregão.

9.11 - Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados na ordem crescente.

9.12 - A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.13 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 9.12, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.14 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 9.12 e 9.13, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 9.11.

9.15 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

9.16 - Após o reinício previsto no subitem 9.15, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.17 - Encerrada a etapa de que trata o subitem 9.16, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 9.11.

9.18 - Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o caput do artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

10 - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Este Pregão Eletrônico será realizado com participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cujas prerrogativas serão respeitadas em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, regulamentada pelo Decreto 8.538/2015.

11 – DA NEGOCIAÇÃO

11.1 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, poderá negociar condições mais vantajosas.

11.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema [Comprasnet](#), respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do artigo 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30/09/2022, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 9.20 deste edital.

11.4 - Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

11.5 – As regras de negociação serão adotadas em relação aos preços de cada item integrante do grupo/lote, assim como em relação ao valor total do grupo/lote, considerando os valores máximos dispostos no subitem 1.2 deste Edital.

12 – DO JULGAMENTO

12.1 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

12.2 – A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada e deverá encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras Governamentais, por meio da opção “[Enviar Anexo](#)”, as documentações de proposta de preços, exigidas no item 05 (cinco) deste Edital, ajustadas ao valor do lance ou da negociação.

12.3 - A convocação mencionada no subitem 12.2 será feita pelo [chat](#) no [Comprasnet](#).

12.4 - O prazo indicado no subitem 12.2 poderá ser prorrogado, por igual período, nas seguintes situações:

12.4.1 - por solicitação do licitante, realizada através do chat do sistema [comprasnet](#), dentro do período de 02 (duas) horas de convocação, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.4.2 - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital.

12.5 - Somente serão recebidas e analisadas as documentações de proposta anexadas no Sistema [Comprasnet](#). Não serão aceitas e nem analisadas, sob hipótese alguma, documentações enviadas via email ou qualquer outro meio que não for o Sistema [Comprasnet](#).

12.6 - A licitante que deixar de enviar as documentações de proposta no prazo estipulado no subitem 12.2 terá sua proposta desclassificada.

12.7 – Decorrido o prazo estabelecido no subitem 12.2, com sua eventual prorrogação, ao ser verificada, durante a análise das documentações anexadas, a necessidade da apresentação de documentação retificada, ajustada e/ou complementar de proposta de preços, o licitante será convocado para anexá-la no prazo de 2 (duas) horas no Portal de Compras Governamentais, por meio da opção “[Enviar Anexo](#)”.

12.8 - A convocação mencionada no subitem 12.7 será feita pelo [chat](#) no [Comprasnet](#).

12.9 - O prazo indicado no subitem 12.7 poderá ser prorrogado, por igual período, nas seguintes situações:

12.9.1 - por solicitação do licitante, realizada através do chat do sistema [comprasnet](#), dentro do período de 02 (duas) horas de convocação, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.9.2 - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos retificados, complementares e/ou ajustados.

12.10 - Somente serão recebidas e analisadas as documentações de proposta retificadas, ajustadas e/ou complementares anexadas no Sistema [Comprasnet](#). Não serão aceitas e nem analisadas, sob hipótese alguma, documentações enviadas via email ou qualquer outro meio que não for o Sistema [Comprasnet](#).

12.11 – Solicitar-se-á, nos termos do subitem 12.7, retificações, ajustes e/ou complementações das documentações de proposta, quando:

a) for necessária a indicação de informações exigidas no subitem 5.1.1 do Edital, que, porventura, não tenham sido prestadas ou que foram apresentadas de forma errônea;

b) nos termos do Acórdão 1211/2021 – TCU Plenário, quando necessária a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

12.12 – Decorrido o prazo estabelecido no subitem 12.7 do Edital e não havendo a anexação da documentação ajustada e/ou complementar requerida, a proposta de preços da licitante será desclassificada.

12.13 – Em sendo apresentadas as documentações nos termos do subitem 12.7, após decorrido o prazo de convocação e sua eventual prorrogação, estas serão devidamente analisadas decidindo-se, ao final da análise, pela aceitação ou desclassificação da proposta de acordo com os ajustes, retificações, complementações realizados.

12.14 - As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

12.15 – A proposta de preços será encaminhada para análise da unidade técnica demandante (Seção de Informática – SEINF), que se manifestará quanto ao atendimento ou não em relação ao objeto licitado.

12.16 - A **exequibilidade** da proposta será analisada em conformidade com o disposto no [artigo 59 da Lei nº 14.133/2021](#).

12.16.1 – Em ocorrendo a situação prevista no subitem 12.16 do Edital, o licitante, para fins de comprovação da exequibilidade do seu preço, deverá anexar, durante o período de convocação previsto nos subitens 12.2, 12.3 e 12.4, os seguintes documentos:

12.16.1.1 - Notas de empenho, notas fiscais, contratos ou outros documentos que possam comprovar:

a) que o valor da proposta apresentado no Pregão encontra-se condizente com os valores de mercado ou com serviços e contratações firmados pela licitante com a Administração Pública ou iniciativa privada;

b) que o preço é comprovadamente suficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

12.17 - Será desclassificada a Proposta de Preços da licitante que prestar a Declaração de ME-EPP no sistema [Comprasnet](#), prevista no subitem 4.1, “j”, porém cujo Demonstrativo de Resultado Anual, parte integrante do Balanço Patrimonial da empresa, apontar valor de Receita Bruta superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo da abertura de Processo Administrativo para apurar a eventual conduta do licitante.

12.18 - Serão desclassificadas, ainda, as propostas que:

a) apresentar preço final superior ao valor estimado, tido como teto máximo, estabelecido no subitem 1.2 deste Edital.

12.19 - O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no §1º do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

12.20 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 12.19, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.21 - Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

12.22 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante terá a sua proposta de preços declarada aceita.

12.23 - O critério julgamento adotado é o menor preço total global para o item único.

12.24 – O critério de valor adotado é o de valor total máximo aceitável para o item único.

13 – DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1 - Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante que teve sua proposta aceita, conforme disposições deste Edital.

13.2 - O licitante que teve sua proposta de preços declarada aceita será convocado e deverá encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras Governamentais, por meio da opção “[Enviar Anexo](#)”, os documentos de habilitação exigidos no item 06 (seis) deste Edital.

13.3 - Em consonância com o disposto no subitem 13.2, somente serão recebidas e analisadas as documentações de habilitação anexadas no Sistema [Comprasnet](#). Não serão aceitas e nem analisadas, sob hipótese alguma, documentações enviadas via email ou qualquer outro meio que não for o Sistema [Comprasnet](#).

13.4 - A convocação mencionada no subitem 13.2 será feita pelo [chat](#) no [Comprasnet](#).

13.5 - O prazo indicado no subitem 13.2 poderá ser prorrogado, por igual período, nas seguintes situações:

13.5.1 - por solicitação do licitante, realizada através do [chat](#) do sistema [Comprasnet](#), dentro do período de 02 (duas) horas de convocação, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

13.5.2 - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de habilitação da licitante.

13.6 - A licitante que deixar de enviar as documentações de habilitação indicadas no item 06 (seis) deste Edital, no prazo estipulado no subitem 13.2, será declarada inabilitada.

13.7 - Decorrido o prazo estabelecido no subitem 13.2, com sua eventual prorrogação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) nos termos do Acórdão 1211/2021 – TCU Plenário, quando necessária a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame;

d) nos termos do Acórdão 988/2022 – TCU Plenário, nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação em pregões forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante.

13.8 – A apresentação das documentações mencionadas no subitem 13.7, será realizada mediante convocação realizada pelo Pregoeiro, no [chat](#) do [Comprasnet](#), devendo a licitante anexá-la, no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras Governamentais, por meio da opção “[Enviar Anexo](#)”.

13.9 - O prazo indicado no subitem 13.8 poderá ser prorrogado, por igual período, nas seguintes situações:

13.9.1 - por solicitação do licitante, realizada através do chat do sistema [comprasnet](#), dentro do período de 02 (duas) horas de convocação, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

13.9.2 - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos retificados, complementares e/ou ajustados.

13.10 - Somente serão recebidas e analisadas as documentações mencionadas no subitem 13.7 anexadas no Sistema [Comprasnet](#). Não serão aceitas e nem analisadas, sob hipótese alguma, documentações enviadas via email ou qualquer outro meio que não for o Sistema Comprasnet.

13.11 - O Pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

13.12 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 13.11, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.13 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital de licitação.

13.14 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 13.11.

13.15 - A habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico financeira.

13.16 - É dever do licitante encaminhar, em conjunto com a apresentação dos documentos de habilitação, no prazo estabelecido no subitem 13.2, as comprovações constantes do SICAF ou mantê-las devidamente atualizadas para que estejam vigentes, no respectivo sistema, no momento da análise dos seus documentos de habilitação.

13.16.1 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

13.17 - As Certidões mencionadas nas alíneas do subitem 6.1.1.1 deverão estar devidamente válidas/regulares no momento da análise das documentações de habilitação da licitante, sob pena de inabilitação desta, salvo no caso disposto no subitem 13.18.

13.18 - Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, devendo atentar para o disposto no subitem 4.1, “j”, deste edital.

13.19 - O prazo para regularização fiscal e trabalhista indicado no subitem 13.18 será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação, que ocorrerá no chat do Comprasnet.

13.20 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 13.18, ensejará a inabilitação da licitante.

13.21 - A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista tratados no subitem 13.18.

13.22 - Caso, mediante consulta ao SICAF da licitante, for detectado o registro de ocorrência impeditiva indireta, o Pregoeiro suspenderá a sessão e realizará diligência para apurar o respectivo registro. Tal medida busca evitar fraudes por parte de empresas que, estando impedidas de participar de licitações, utiliza-se de outras empresas com o fim de burlar a penalização. Caso, na referida diligência, seja configurada tal conduta, a licitante será declarada inabilitada.

13.23 - O Pregoeiro irá verificar a existência de registros impeditivos da contratação (Acórdão 1.793/2011 - Plenário - TCU), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ.

14 – DO RECURSO

14.1 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 20 (vinte) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.2 - As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.3 - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.4 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

15 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 - O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade competente, nos termos do artigo 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

16 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 - Depois de homologado o resultado deste Pregão, a Administração convocará o vencedor para assinar o contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos pela Justiça Federal do Tocantins, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da penalidade prevista no subitem 17.1 deste Edital.

16.2 - O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3 - Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

16.4 - Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 16.3, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de licitação, poderá:

16.4.1 - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

16.4.2 - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.5 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.6 - A regra do subitem 16.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 16.4.1.

16.7 - Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

16.8 - O contrato deverá ser assinado eletronicamente, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

16.9 - Caso o representante legal não tenha cadastro no sistema SEI do TRF1, será encaminhado ao e-mail constante na proposta de preços tutorial com o passo a passo para realização do cadastro.

16.10 - Garantia Contratual: A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades dispostas nas alíneas “a” e “c” do subitem 16.10.2, com validade durante a execução do contrato, até 90 (noventa) dias após término de vigência da avença, devendo ser renovada a cada prorrogação, desde que não haja pendências, no valor e nas condições descritas no instrumento contratual.

16.10.1 - As garantias mencionadas nos subitens 16.10 e 16.11 deverão corresponder a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, nos termos do Parágrafo Único do artigo 98 da lei nº 14.133/2021.

16.10.2 - A Contratada poderá apresentar uma das seguintes modalidades de garantia, a saber:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia; ou

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

16.11 - A garantia na modalidade seguro-garantia deverá ser apresentada no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do Contrato, sem prejuízo da possibilidade de apresentação em prazo inferior a este, desde que esteja a apólice adequada às disposições legais afetas à matéria.

16.11.1 - A apólice do seguro garantia deverá apresentar validade durante a execução do contrato e até 90 (noventa) dias após término de vigência da avença.

16.12 - Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

16.13 - O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

16.13.1 - A apólice de seguro garantia deverá apresentar validade durante o período de vigência do Contrato, até 90 (noventa) dias após término de vigência da avença e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

16.13.2 - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas;

16.13.3 - será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no [§ 2º do art. 96 da](#) lei nº 14.133/2021.

16.14 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

16.15 - Havendo revisão do valor contratado ou alteração que implique no aumento quantitativo do objeto do Contrato, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção;

16.16 - Em caso de apresentação de fiança bancária, na carta de fiança deverá constar expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios do art. 827 do Novo Código Civil Brasileiro, e conter cláusula de atualização.

16.17 - Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Contratada, desde já, obriga-se a efetuar a respectiva reposição, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data do recebimento da comunicação da Contratante.

16.18 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme artigo 3º da

Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, e alterações posteriores.

16.19 - As disposições contratuais podem ser verificadas por meio do Anexo V deste edital - Minuta do Contrato e seus Anexos.

17 - DAS PENALIDADES

17.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital as seguintes sanções:

17.2.1 - advertência;

17.2.2 - multa;

17.2.3 - impedimento de licitar e contratar;

17.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;

17.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 - A sanção prevista no subitem 17.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do subitem 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.5 - A sanção prevista no subitem 17.2.2, calculada na forma do Edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

17.6 - A sanção prevista no subitem 17.2.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.7 - A sanção prevista no subitem 17.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 17.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 17.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.8 - As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3 e 17.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 17.2.2.

17.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.10 - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.11 - As multas devidas, bem como os prejuízos causados ao Contratante pela Contratada serão deduzidas de pleno direito dos valores que lhe forem devidos, ou recolhidas através de GRU em favor da Justiça Federal do Tocantins, podendo ser cobradas judicialmente.

17.12 - A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, mediante o qual se garantirão o contraditório e a ampla defesa.

18 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

18.1 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico selit.to@trf1.jus.br.

18.2 - O Pregoeiro, auxiliado pelo setor demandante desta Contratação, decidirá sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

18.4 - Acolhida a impugnação contra o Edital e seus anexos, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30/09/2022.

18.5 - Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico selit.to@trf1.jus.br.

18.6 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.7 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, dentro do prazo estabelecido nos subitens 18.2 e 18.6 deste Edital, no sistema eletrônico (Comprasnet/PNCP) para os interessados, bem como no site eletrônico do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, através do link: <https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/>.

Ao acessar o link acima, o usuário deverá:

1. No campo “Órgão”, selecionar a opção “Seção Judiciária do Tocantins”;

2. Em seguida, no campo “Número”, deverá colocar o número do Pregão “1” e, ao lado, no campo “ano”, preencher o ano da licitação “2024”, e no campo “Situação”, selecionar a expressão “Em andamento”;

3. Preenchidos os dados anteriormente informados, o usuário deverá clicar no campo “Pesquisar”;

4. Por fim, para ter acesso ao Edital e os seus correspondentes anexos e demais informações relativas ao Pregão Eletrônico, o usuário deverá, na próxima tela, clicar em “1/2024”.

19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica a plena aceitação das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos.

19.2 - A autoridade superior da Justiça Federal do Tocantins poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

19.3 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

19.4 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

19.5 - Na hipótese da ilegalidade de que trata o subitem 19.2 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.6 - As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente da Justiça Federal do Tocantins.

19.7 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.8 - A Justiça Federal do Tocantins poderá rescindir o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa, nos motivos abaixo elencados, sem, contudo, neles se resumirem:

a) Vier a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;

b) For envolvido em escândalo público e notório;

c) Na hipótese de ser anulada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

19.9 - A Justiça Federal do Tocantins poderá excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a este assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade do licitante.

19.10 - Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na “home page” do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (<https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/>) e no portal Comprasnet (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.

19.10.1 - Ao acessar o link (<https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/>), o usuário deverá:

1. No campo “Órgão”, selecionar a opção “Seção Judiciária do Tocantins”;

2. Em seguida, no campo “Número”, deverá colocar o número do pregão “1” e, ao lado, no campo “ano”, preencher o ano da licitação “2024”, e no campo “Situação”, selecionar a expressão “Em andamento”;
3. Preenchidos os dados anteriormente informados, o usuário deverá clicar no campo “Pesquisar”;
4. Por fim, para ter acesso ao edital e os seus correspondentes anexos e demais informações relativas ao pregão eletrônico, o usuário deverá, na próxima tela, clicar em “1/2024”.

19.11 – O representante da empresa vencedora, após a homologação do Certame, deverá, obrigatoriamente, cadastrar-se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para fins de acesso externo ao referido Sistema. O acesso externo torna-se necessário para a realização de assinatura eletrônica do Contrato e demais documentações dele decorrentes, sendo feitos através do link “https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0”, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item 17 deste edital.

19.12 – Caso o representante da empresa já tenha cadastro no Sistema SEI, será dispensado dos procedimentos estabelecidos no subitem 19.11, devendo, neste caso, efetuar a assinatura, por meio do acesso ao link supracitado, quando o documento for devidamente disponibilizado.

19.13 - Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados pela Administração.

19.14 - Integrar o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, o seguinte anexo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E RESPECTIVAS PLANILHAS;
ANEXO III	MINUTA DE CONTRATO

Palmas - TO, 09 de maio de 2026.

Sidney Martins Jales
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 0001774-40.2025.4.01.8014)

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a **contratação de empresa especializada em engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCI)** nos edifícios Sede e Anexo da Justiça Federal no Tocantins, incluindo o fornecimento de peças, recargas e certificações, conforme especificações constantes neste Termo e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Motivação e objetivo a ser alcançado por meio da contratação: A contratação é indispensável para garantir a segurança de servidores, estagiários, prestadores de serviço e do público externo. A manutenção assegura a funcionalidade de alarmes, recarga de extintores, hidrantes, bombas centrífugas e sistemas de detecção, mitigando riscos de sinistros.

2.2. Benefícios diretos: A contratação de manutenção dos sistemas de incêndio nos edifícios da Justiça Federal no Tocantins é uma medida essencial por diversos motivos técnicos, legais e operacionais. Aqui estão os principais: Garantia da segurança de servidores e usuários A manutenção preventiva e corretiva assegura que os sistemas de detecção e combate a incêndio — como alarmes, extintores, hidrantes e sprinklers — estejam sempre em pleno funcionamento, protegendo vidas em caso de emergência. Cumprimento da legislação e normas técnicas A legislação brasileira, como a NR-23 (Norma Regulamentadora de Proteção Contra Incêndios) e as normas da ABNT (como a NBR 17240 e NBR 13714), exige que os sistemas de prevenção e combate a incêndio sejam mantidos em condições operacionais adequadas. O não cumprimento pode acarretar sanções administrativas e até interdição do prédio. Preservação do patrimônio público Os edifícios da Justiça Federal abrigam documentos, equipamentos e sistemas de alto valor. A manutenção dos sistemas de incêndio ajuda a evitar perdas materiais significativas em caso de sinistro. Eficiência operacional e continuidade dos serviços Um incêndio pode paralisar as atividades da Justiça Federal, prejudicando o atendimento ao público e o andamento de processos. A manutenção reduz esse risco e garante a continuidade dos serviços essenciais. Responsabilidade institucional e imagem pública A Justiça Federal, como órgão do Poder Judiciário, deve dar o exemplo no cumprimento das normas de segurança. A manutenção adequada dos sistemas de incêndio reforça o compromisso com a integridade física das pessoas e com a boa gestão do patrimônio público.

2.3. Benefícios indiretos: Cumprimento das exigências do Corpo de Bombeiros (CBMTO), obtenção/renovação do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), preservação do patrimônio público e conformidade com as Normas Brasileiras (NBR/ABNT).

2.4. Correlação com o planejamento existente: Este projeto está alinhado com o planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e com o estabelecimento de macrodesafio do Poder Judiciário para o aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária, conforme [Plano Estratégico da Justiça Federal \(2021-2026\)](#). Alinha-se, ainda, com o [Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região PLS - TRF1 2021-2026](#) , Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.5.1. Link do PCA: [Novos Painéis da JF1 / https://www.trf1.jus.br/sjto/licitacoes-compras-e-contratos/plano-de-contratacoes-anual](#).

2.5.2. Unidade Requisitante: SESEG-TO

2.5.3. Id da Futura Contratação: SJTO_SESEG_0007_2026

2.5.4. Classificação da Demanda: Serviços contínuos.

2.6. Referência a Estudos Preliminares que embasem a contratação:

2.6.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico B e E1 dos Estudos Técnicos Preliminares doc. SEI 24756549

3. DA BASE LEGAL E ENQUADRAMENTO DO OBJETO

3.1. MODALIDADE E TIPO DE CONTRATAÇÃO:

3.1.1. Recomenda-se que esta contratação seja efetuada nos moldes do **PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme a Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, em razão de o valor e por se tratar de aquisição de serviços de engenharia comum.

3.2. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.2.1. Será adotado o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

3.3. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

3.3.1. Adjudicação **Global**:

3.3.1.1 Justificativa para adjudicação global:

Conforme disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a adjudicação global poderá ser adotada quando se justificar pela natureza do objeto ou pelas condições de execução contratual. Abaixo, seguem exemplos de justificativas:

- Viabilidade técnica: Os subitens foram reunidos em um único item devido à necessidade de integração entre os componentes, condição essencial para garantir o pleno funcionamento do objeto contratado.
- Risco de execução: A fragmentação em múltiplos contratos aumentaria o risco de falhas na entrega ou na execução, podendo comprometer a efetividade do resultado final.
- Redução de custos: A aquisição conjunta dos itens possibilita ganhos de escala e a redução de custos operacionais, como os relacionados à logística e ao armazenamento.
- Qualidade e desempenho: A padronização dos itens contratados assegura uniformidade na operação, além de facilitar as rotinas de manutenção preventiva e corretiva.
- Eficiência administrativa: A contratação de um único fornecedor reduz os custos de gestão contratual e mitiga riscos decorrentes da gestão simultânea de diversos contratos.

3.3.2. Será adotado como Regime de Execução a Execução Indireta, sendo por Empreitada por Preço Global.

3.3.1. As especificações do projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, assim como as planilhas orçamentárias e cronograma, previstos neste TR, são suficientes para atingir o melhor resultado da licitação.

3.4. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

3.4.1 O objeto da contratação é de natureza contínua.

3.4.2 O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados da assinatura do contrato, prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.3 Justificativa: O objeto da contratação é enquadrado como continuado, pois se trata de uma demanda recorrente e indispensável para a continuidade das atividades institucionais. A vigência plurianual é mais vantajosa considerando a redução de custos administrativos, maior eficiência no planejamento orçamentário e a garantia de disponibilidade ininterrupta dos itens contratados.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. A dispensa será destinada exclusivamente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

5. DOS ITENS E QUANTIDADES

5.1. Contratação de serviço de **manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCI)**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

TABELA 5.1.1 - ITENS E QUANTIDADES

Item	Banco	Código	Código SIASG	Descrição	Und	Quant.
1				SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	COMP	C101	2763	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA OBRA/SERVIÇO	UND	1
2				SERVIÇOS ESTRUTURAIS A SEREM EXECUTADOS NO INÍCIO DO CONTRATO		
2.1	COMP	C501	2763	BARRA ANTIPANICO SIMPLES, CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA - INCLUSO A INSTALAÇÃO EM PORTA CORTA-FOGO	UND	12
2.2	COMP	C502	2763	SUBSTITUIÇÃO DE PORTA CORTA-FOGO 90X210X4CM. INCLUSO BARRA ANTIPÂNICO SIMPLES, CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2
2.3	COMP	C503	2763	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. INCLUSO TRANSPORTE HORIZONTAL E REQUADRO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA ÚMIDA) COM PREPARO MANUAL	M2	1
2.4	SINAPI	95305	2763	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	10
2.5	SINAPI	88489	2763	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	10
2.6	COMP	C504	2763	GRELHA DE ALUMÍNIO ANODIZADO, COM ALETAS FIXAS E FUROS NAS ABAS, FIXAÇÃO COM PARAFUSO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. LOCAL: ESCADAS ENCLAUSURADAS	M2	1
2.7	COMP	C505	2763	CORRIMÃO SIMPLES FIXADO EM PAREDE, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO INOX. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	29
2.8	COMP	C506	2763	INSTALAÇÃO DE TELA DE ARAME GALVANIZADA REVESTIDA EM PVC, PARA ALAMBRADO COM TUBOS DE AÇO, QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 4,30 MM, MALHA 5 X 20 CM, H = 1,30 M. COR CINZA CLARO	M2	20,8
2.9	COMP	C507	2763	PILAR METÁLICO 100X100MM COM 2 METROS DE ALTURA, CHAPA ESPESSURA DE 1,30MM, COM PINTURA PROTETORA TIPO ZARCÃO (1 DEMÃO), PINTURA FINALIZADORA EM ESMALTE SINTÉTICO NA COR CINZA (2 DEMÃOS). INCLUSO CHAPA BASE DE LIGAÇÃO COM ESPESSURA DE 3MM E 2 PARAFUSOS DO TIPO PARABOLTS 3/8" INCLUSO APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE A BASE DE POLIUREIA, BICOMPONENTE NAS PERFURAÇÕES DOS PARABOLTS E CHAPA DE LIGAÇÃO.	UND	12
2.10	COMP	C508	2763	PORTÃO DE 1,00X2,00M EM DE TELA DE ARAME GALVANIZADA REVESTIDA EM PVC, PARA ALAMBRADO COM TUBOS DE AÇO, QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 4,30 MM, MALHA 5 X 20 CM, H = 2 M. COR CINZA CLARO. ESQUADREJADO COM METALOM 40X50MM NA CHAPA 2,00MM.	UND	2
3				MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SEMESTRAL		
3.1	COMP	C201	2763	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE ALARME. AJUSTE, RECONFIGURAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2
3.2	COMP	C202	2763	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (SPK). AJUSTE DOS BICOS, TESTE DE PRESSURIZAÇÃO, REAPERTO DE TUBULAÇÕES/CONEXÕES, RECONFIGURAÇÃO DO PAINEL DE COMANDO E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2
3.3	COMP	C203	2763	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE HIDRANTES. AJUSTE DOS REGISTROS E VÁLVULAS, TESTE DE PRESSURIZAÇÃO, REAPERTO DE TUBULAÇÕES/CONEXÕES, RECONFIGURAÇÃO DO PAINEL DE COMANDO E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2
3.4	COMP	C204	2763	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO. TESTE DAS LUMINÁRIAS, REAPERTO DE PARAFUSOS COM FIXAÇÃO DAS LUMINÁRIAS E PLACAS E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2
3.5	COMP	C205	2763	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE SPDA. TESTE DE CONTINUIDADE, REAPERTO DE PARAFUSOS E CONEXÕES. IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2
4				RECARGA DOS EXTINTORES - ANUAL		
4.1	COMP	C301	3662	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE DIÓXIDO DE CARBONO CO2 DE 6KG, CLASSE BC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	5
4.2	COMP	C302	3662	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PQS DE 6KG, CLASSE BC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	37
4.3	COMP	C303	3662	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ QUÍMICO SECO PQS DE 50KG, CLASSE BC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	1
4.4	COMP	C304	3662	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA ÁGUA PRESSURIZADA, CAPACIDADE 10L, CLASSE A - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	36
4.5	COMP	C305	3662	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CAPACIDADE 6KG, CLASSE ABC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	61
5				MANUTENÇÃO CORRETIVA PPCI - SOB DEMANDA		
5.1	COMP	C103	2763	SUBSTITUIÇÃO DE ACIONADOR MANUAL, TIPO REARMÁVEL, SISTEMA CONVENCIONAL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	5
5.2	COMP	C104	2763	SUBSTITUIÇÃO DE ACIONADOR MANUAL, TIPO REARMÁVEL, SISTEMA ENDEREÇÁVEL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	5
5.3	COMP	C105	2763	SUBSTITUIÇÃO DE SIRENE AUDIOVISUAL, SISTEMA CONVENCIONAL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2
5.4	COMP	C106	2763	SUBSTITUIÇÃO DE SIRENE AUDIOVISUAL, SISTEMA ENDEREÇÁVEL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2
5.5	COMP	C107	2763	SUBSTITUIÇÃO DE CENTRAL DE ALARME DE INCÊNDIO, SISTEMA ENDEREÇÁVEL (ATÉ 125 DISPOSITIVOS) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1
5.6	COMP	C108	2763	SUBSTITUIÇÃO DE CENTRAL DE ALARME DE INCÊNDIO, SISTEMA ENDEREÇÁVEL (ATÉ 500 DISPOSITIVOS) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1
5.7	COMP	C512	2763	SUBSTITUIÇÃO DE REPETIDORA DE SINAL DE ALARME DE INCÊNDIO, SISTEMA ENDEREÇÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. REF. SBC 58112	UND	1
5.8	COMP	C119	2763	SUBSTITUIÇÃO DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS TIPO PENDENTE, BULBO VERMELHO, 68 °C, UNIÃO POR ROSCA DN 15 (1/2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2
5.9	COMP	C112	2763	RETIRADA DE VAZAMENTOS NA REDE DE HIDRANTES E CHUVEIROS AUTOMÁTICOS - INCLUSO PINTURA NA COR VERMELHA	UND	1
5.10	COMP	C121	2763	SUBSTITUIÇÃO DE DETECTOR DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL IP. COMPATÍVEL COM A MARCA ASCAEL	UND	15
5.11	COMP	C122	2763	SUBSTITUIÇÃO DE DETECTOR DE TEMPERATURA ENDEREÇÁVEL IP. COMPATÍVEL COM A MARCA ASCAEL	UND	15
5.12	COMP	C123	2763	SUBSTITUIÇÃO DE MANGUEIRA DE INCÊNDIO TIPO 2, DE 1 1/2", COMPRIMENTO DE 15M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTÉTICA, COM	UND	1

Item	Banco	Código	Código SIASG	Descrição	Und	Quant.
UNIÕES E ENGATE RÁPIDO. HOMOLOGADA. INCLUSO CHAVE DUPLA PARA CONEXÕES						
5.13	COMP	C124	2763	SUBSTITUIÇÃO DE ESGUICHO JATO REGULÁVEL, TIPO ELKHART, ENGATE RÁPIDO 2 1/2" PARA COMBATE A INCÊNDIO	UND	1
5.14	COMP	C125	2763	SUBSTITUIÇÃO DE REGISTRO OU VÁLVULA GLOBO ANGULAR EM LATÃO PARA HIDRANTES. 45º, DIÂMETRO DE 2 1/2" COM VOLANTE, CLASSE PRESSÃO DE ATÉ 200PSI. INCLUSO ADAPTADOR EM LATÃO, ENGATE RÁPIDO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2"	UND	1
5.15	SINAPI	97599	2763	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	30
5.16	COMP	C126	2763	SUBSTITUIÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - ALERTA TRIANGULAR - BSE DE 30CM, EM PVC 2MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UND	5
5.17	COMP	C127	2763	SUBSTITUIÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR - 20X40CM, EM PVC 2MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UND	5
5.18	SINAPI	101907	2763	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026_PE	UN	1
5.19	SINAPI	101909	2763	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026_PE	UN	1
5.20	SINAPI	101905	2763	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026_PE	UN	1
5.21	COMP	C509	2763	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL PÓ QUIMICO 6KG, CLASSE ABC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. NBR 12693	UND	1
5.22	COMP	C510	2763	ADESIVO DE PISO SOLO DEMARCAÇÃO DE EXTINTOR E17 (100X100CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	10
5.23	COMP	C511	2763	ABRIGO EXTERNO DE SOBREPOR PARA EXTINTOR EM CHAPA DE ACO 85X40X30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2
5.24	COMP	C513	2763	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE), NA COR VERMELHA, APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE TUBOS METÁLICAS DE INCÊNDIO (02 DEMÃOS).	M2	20
				TUBOS, CONEXÕES E MANGUEIRAS		
5.25	SINAPI	101917	2763	MANÔMETRO 0 A 200 PSI (0 A 14 KGF/CM2), D = 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026	UN	1
5.26	SINAPI	94495	2763	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1
5.27	SINAPI	94499	2763	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1
5.28	SINAPI	94500	2763	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1
5.29	SINAPI	99631	2763	VÁLVULA DE RETENÇÃO VERTICAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 1 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1
5.30	SINAPI	103009	2763	VÁLVULA DE RETENÇÃO VERTICAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1
5.31	COMP	C120	2763	INSTALAÇÃO DE PRESSOSTATO ALTA/BAIXA COM REARME MANUAL	UND	3
6				MANUTENÇÃO CORRETIVA REDE ELÉTRICA - SOB DEMANDA		
6.1	COMP	C110	2763	SUBSTITUIÇÃO DE CABO BLINDADO 3*1,50MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	500
6.2	COMP	C111	2763	SUBSTITUIÇÃO DE CABO BLINDADO 2*1,50MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	500
6.3	COMP	C113	2763	MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA REGULAGEM E/OU IDENTIFICAÇÃO DE AVARIAS DE QUADRO DE COMANDO ELÉTRICO - SPK E HIDRANTES	UND	1
6.4	COMP	C114	2763	SUBSTITUIÇÃO DE RELÉ FALTA DE FASE PARA ATUAR NO COMANDO DO CONTATOR, PARA QUADRO DE BOMBA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2
6.5	COMP	C115	2763	SUBSTITUIÇÃO DE RELÉ PARA REVEZAMENTO DE MOTORES, PARA QUADRO DE BOMBA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2
6.6	COMP	C117		SUBSTITUIÇÃO DE CHAVE BLINDADA TRIPOLAR 30A - DUAS POSIÇÕES	UND	2
6.7	COMP	C118	2763	MANUTENÇÃO/INSTALAÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, ATÉ 10 CV OU 9,86 HP, HM 85 A 140 M, Q 4,2 A 14,9 M3/H (SEM FORNECIMENTO).	UND	1
6.8	SINAPI	91926	2763	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	100
6.9	SINAPI	91928	2763	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	100
6.10	SINAPI	91930	2763	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	100
DISJUNTORES						
6.11	SINAPI	93653	2763	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.12	SINAPI	93654	2763	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.13	SINAPI	93655	2763	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.14	SINAPI	93656	2763	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.15	SINAPI	93657	2763	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.16	SINAPI	93658	2763	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.17	SINAPI	93659	2763	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.18	SINAPI	93668	2763	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.19	SINAPI	93669	2763	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.20	SINAPI	93670	2763	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.21	SINAPI	93671	2763	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.22	SINAPI	93672	2763	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.23	SINAPI	93673	2763	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
6.24	SINAPI	101894	2763	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 60 ATÉ 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1
				CONTATORAS		
6.25	SINAPI	106301	2763	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 45 A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3, PARA QUADRO DE BOMBA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025	UN	1
6.26	SINAPI	106298	2763	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 32 A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3, PARA QUADRO DE BOMBA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025	UN	1

Item	Banco	Código	Código SIASG	Descrição	Und	Quant.
BOMBAS						
6.27	SINAPI	102115	2763	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 1,5 CV OU 1,48 HP, HM 10 A 70 M, Q 1,8 A 5,3 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025_PS	UN	1
6.28	SINAPI	102118	2763	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 3 CV OU 2,96 HP, HM 34 A 40 M, Q 8,6 A 14,8 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025_PS	UN	1
6.29	SINAPI	102122	2763	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 10 CV OU 9,86 HP, HM 85 A 140 M, Q 4,2 A 14,9 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025_PS	UN	1

5.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código BR) e as especificações técnicas constantes deste instrumento, prevalecerão as últimas.

6. DA PROPOSTA

6.1. As proponentes deverão apresentar proposta onde deverá constar, além da descrição completa do serviço, o número do item, o quantitativo, a marca, modelo/referência do produto ofertado, o preço unitário e total do item e o somatório total global, conforme planilha modelo abaixo:

6.1.1. PLANILHA EM BRANCO PARA LICITANTES - MODELO

Item	Banco	Código	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI			Total				Peso (%)
							M. O.	MAT.	EQUIP.	Total	M. O.	MAT.	EQUIP.	Total
1 SERVIÇOS PRELIMINARES														R\$ -
1.1	COMP	C101	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA OBRA/SERVIÇO	UND	1					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2 SERVIÇOS ESTRUTURAIS A SEREM EXECUTADOS NO INÍCIO DO CONTRATO														R\$ -
2.1	COMP	C501	BARRA ANTIPANICO SIMPLES, CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA. INCLUSO A INSTALAÇÃO EM PORTA CORTA-FOGO	UND	12					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.2	COMP	C502	SUBSTITUIÇÃO DE PORTA CORTA-FOGO 90X210X4CM. INCLUSO BARRA ANTIPANICO SIMPLES, CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.3	COMP	C503	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. INCLUSO TRANSPORTE HORIZONTAL E REQUADRO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA ÚMIDA) COM PREPARO MANUAL	M2	1					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.4	SINAPI	95305	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	10					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.5	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	10					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.6	COMP	C504	GRELHA DE ALUMÍNIO ANODIZADO, COM ALETAS FIXAS E FUIROS NAS ABAS, FIXAÇÃO COM PARAFUSO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. LOCAL: ESCADAS ENCLAUSURADAS	M2	1					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.7	COMP	C505	CORRIMÃO SIMPLES FIXADO EM PAREDE, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO INOX. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	29					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.8	COMP	C506	INSTALAÇÃO DE TELA DE ARAME GALVANIZADA REVESTIDA EM PVC, PARA ALAMBRADO COM TUBOS DE AÇO, QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 4,30 MM, MALHA 5 X 20 CM, H = 1,30 M. COR CINZA CLARO	M2	20,8					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.9	COMP	C507	PILAR METÁLICO 100X100MM COM 2 METROS DE ALTURA, CHAPA ESPESSURA DE 1,30MM, COM PINTURA PROTETORA TIPO ZARCÃO (1 DEMÃO), PINTURA FINALIZADORA EM ESMALTE SINTÉTICO NA COR CINZA (2 DEMÃOS). INCLUSO CHAPA BASE DE LIGAÇÃO COM ESPESSURA DE 3MM E 2 PARAFUSOS DO TIPO PARABOLTS 3/8". INCLUSO APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE À BASE DE POLIUREIA, BICOMPONENTE NAS PERFURAÇÕES DOS PARABOLTS E CHAPA DE LIGAÇÃO.	UND	12					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.10	COMP	C508	PORTÃO DE 1,00X2,00M EM DE TELA DE ARAME GALVANIZADA REVESTIDA EM PVC, PARA ALAMBRADO COM TUBOS DE AÇO, QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 4,30 MM, MALHA 5 X 20 CM, H = 2 M. COR CINZA CLARO, ESQUADREJADO COM METALOM 40X50MM NA CHAPA 2,00MM.	UND	2					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3 MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SEMESTRAL														R\$ -
3.1	COMP	C201	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE ALARME, AJUSTE, RECONFIGURAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.2	COMP	C202	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (SPK). AJUSTE DOS BICOS, TESTE DE PRESSURIZAÇÃO, REAPERTO DE TUBULAÇÕES/CONEXÕES, RECONFIGURAÇÃO DO PAINEL DE COMANDO E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.3	COMP	C203	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE HIDRANTES, AJUSTE DOS REGISTROS E VÁLVULAS, TESTE DE PRESSURIZAÇÃO, REAPERTO DE TUBULAÇÕES/CONEXÕES, RECONFIGURAÇÃO DO PAINEL DE COMANDO E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.4	COMP	C204	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO. TESTE DAS LUMINÁRIAS, REAPERTO DE PARAFUSOS COM FIXAÇÃO DAS LUMINÁRIAS E PLACAS E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.5	COMP	C205	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE SPDA. TESTE DE CONTINUIDADE, REAPERTO DE PARAFUSOS E CONEXÕES. IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4 RECARGA DOS EXTINTORES - ANUAL														R\$ -
4.1	COMP	C301	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE DIÓXIDO DE CARBONO CO2 DE 6KG, CLASSE BC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	5					R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

4.2	COMP	C302	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PQS DE 6KG, CLASSE BC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	37					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
4.3	COMP	C303	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ QUÍMICO SECO PQS DE 50KG, CLASSE BC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
4.4	COMP	C304	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA ÁGUA PRESSURIZADA, CAPACIDADE 10L, CLASSE A - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	36					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
4.5	COMP	C305	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), CAPACIDADE 6KG, CLASSE ABC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	61					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA PPCT - SOB DEMANDA																	RS	-
5.1	COMP	C103	SUBSTITUIÇÃO DE ACIONADOR MANUAL, TIPO REARMÁVEL, SISTEMA CONVENCIONAL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	5					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.2	COMP	C104	SUBSTITUIÇÃO DE ACIONADOR MANUAL, TIPO REARMÁVEL, SISTEMA ENDEREÇÁVEL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	5					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.3	COMP	C105	SUBSTITUIÇÃO DE SIRENE AUDIOVISUAL, SISTEMA CONVENCIONAL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.4	COMP	C106	SUBSTITUIÇÃO DE SIRENE AUDIOVISUAL, SISTEMA ENDEREÇÁVEL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.5	COMP	C107	SUBSTITUIÇÃO DE CENTRAL DE ALARME DE INCÊNDIO, SISTEMA ENDEREÇÁVEL (ATÉ 125 DISPOSITIVOS) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.6	COMP	C108	SUBSTITUIÇÃO DE CENTRAL DE ALARME DE INCÊNDIO, SISTEMA ENDEREÇÁVEL (ATÉ 500 DISPOSITIVOS) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.7	COMP	C512	SUBSTITUIÇÃO DE REPETIDORA DE SINAL DE ALARME DE INCÊNDIO, SISTEMA ENDEREÇÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. REF. SBC 58112	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.8	COMP	C119	SUBSTITUIÇÃO DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS TIPO PENDENTE, BULBO VERMELHO, 68 °C, UNIÃO POR ROSCA DN 15 (1/2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.9	COMP	C112	RETIRADA DE VAZAMENTOS NA REDE DE HIDRANTES E CHUVEIROS AUTOMÁTICOS - INCLUSO PINTURA NA COR VERMELHA	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.10	COMP	C121	SUBSTITUIÇÃO DE DETECTOR DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL IP. COMPATÍVEL COM A MARCA ASCAEL	UND	15					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.11	COMP	C122	SUBSTITUIÇÃO DE DETECTOR DE TEMPERATURA ENDEREÇÁVEL IP. COMPATÍVEL COM A MARCA ASCAEL	UND	15					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.12	COMP	C123	SUBSTITUIÇÃO DE MANGUEIRA DE INCÊNDIO TIPO 2, DE 1 1/2", COMPRIMENTO DE 15M, TECIDO EM FIO DE POLIÉSTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTÉTICA, COM UNIÕES E ENGATE RÁPIDO. HOMOLOGADA. INCLUSO CHAVE DUPLA PARA CONEXÕES	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.13	COMP	C124	SUBSTITUIÇÃO DE ESGUICHO JATO REGULÁVEL, TIPO ELKHART, ENGATE RÁPIDO 2 1/2" PARA COMBATE A INCÊNDIO	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.14	COMP	C125	SUBSTITUIÇÃO DE REGISTRO OU VÁLVULA GLOBO ANGULAR EM LATÃO PARA HIDRANTES. 45°, DIÂMETRO DE 2 1/2" COM VOLANTE, CLASSE PRESSÃO DE ATÉ 200PSI. INCLUSO ADAPTADOR EM LATÃO, ENGATE RÁPIDO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2"	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.15	SINAPI	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	30					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.16	COMP	C126	SUBSTITUIÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - ALERTA TRIANGULAR - BSE DE 30CM, EM PVC 2MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UND	5					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.17	COMP	C127	SUBSTITUIÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR - 20X40CM, EM PVC 2MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UND	5					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.18	SINAPI	101907	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026_PE	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.19	SINAPI	101909	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026_PE	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.20	SINAPI	101905	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026_PE	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.21	COMP	C509	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL PÓ QUÍMICO 6KG, CLASSE ABC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. NBR 12693	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.22	COMP	C510	ADESIVO DE PISO SOLO DEMARCAÇÃO DE EXTINTOR E17 (100X100CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	10					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.23	COMP	C511	ABRIGO EXTERNO DE SOBREPOR PARA EXTINTOR EM CHAPA DE AÇO 85X40X30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.24	COMP	C513	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE), NA COR VERMELHA, APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE TUBOS METÁLICAS DE INCÊNDIO (02 DEMÃOS).	M2	20					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
			TUBOS, CONEXÕES E MANGUEIRAS																
5.25	SINAPI	101917	MANÔMETRO 0 A 200 PSI (0 A 14 KGF/CM2), D = 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.26	SINAPI	94495	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.27	SINAPI	94499	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-

6.1.2. CRONOGRAMA - MODELO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	
------------------------------	--

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO								
OBRA: MANUTENÇÃO DO SISTEMA PPCI					DATA DA ELABORAÇÃO: 17/03/2026			
PROPRIETÁRIO: JUSTIÇA FEDERAL NO TOCANTINS				SINAPI DE FEVEREIRO/2026 DESONERADO - Tocantins				
ENDEREÇO: QUADRA 201 NORTE AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, LOTE 02A, CONJUNTO 01 - PALMAS - TO - CEP 77.001-128								
BDI DA OBRA: 26,63%								
ÁREA DE INTERVENÇÃO (M²):	9.746,77							
Código	DESCRIÇÃO	Valor Item c/ BDI	Peso (%)	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL
			Valor	%	Valor	%	Valor	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				100,00%			R\$ -
2	SERVIÇOS ESTRUTURAIS A SEREM EXECUTADOS NO INÍCIO DO CONTRATO		R\$ -	100,00%	R\$ -			R\$ -
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SEMESTRAL			50,00%		50,00%	R\$ -	
4	RECARGA DOS EXTINTORES - ANUAL		R\$ -		R\$ -	100,00%	R\$ -	
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA - ITENS 5 E 6			50,00%		50,00%	R\$ -	
TOTAIS POR MÊS		R\$ -	0,00%	R\$ -	#DIV/0!	R\$ -	#DIV/0!	
VALORES ACUMULADOS				R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -
PERCENTUAIS ACUMULADO				#DIV/0!		#DIV/0!		
VALOR TOTAL		R\$ 0,00						

6.1.1 No preço ofertado deverão estar inclusos todos os custos decorrentes da contratação, tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação dos fornecimentos e à perfeita execução dos serviços.

6.2. É de inteira responsabilidade do proponente o preenchimento exato da proposta, não sendo admitida a alteração, posteriormente à apresentação da proposta, de qualquer dos valores ofertados, sob a alegação de omissões, enganos ou erros.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO [Art. 20 IN 67/2021](#)

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com a última alteração, Registro Empresarial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU), devidamente registrado no órgão competente.

7.1.1.1. Em quaisquer dos atos constitutivos, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da contratação;

7.1.1.2. Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.

7.1.1.3. São aplicáveis as regras do art. 3º da Lei 13.726/2018 relativamente à autenticação de documentos.

7.1.2. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

7.1.3 Pessoa física: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional. (quando houver previsão de contratação de pessoa física [Ver IN 116/2021 - SEGES pessoa física](#))

7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.2.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

7.2.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

7.2.3. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

7.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

7.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

7.2.6 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1. Registro ou inscrição da empresa, assim como de seu responsável técnico, nas entidades profissionais no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

7.4.2. Comprovação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa (devidamente registrado no conselho profissional competente,) que comprove aptidão para o fornecimento, instalação e garantia de bens compatíveis com o objeto desta contratação.

7.4.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

7.4.3.1. Será adotado 2.900,00m² como área mínima para comprovação dos atestados, sendo eles de instalação e/ou reforma e/ou manutenção em sistemas de incêndio e pânico.

7.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.4.5. JUSTIFICATIVA: A qualificação técnica se justifica a fim de garantir a contratação de uma empresa com aptidão comprovada para manter a operacionalidade dos sistemas de emergência, garantindo a segurança das instalações da Seção Judiciária e o pleno atendimento às normas de segurança contra incêndio e pânico.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada em engenharia, para a manutenção nos sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, conforme as especificações técnicas, quantidade e condições deste Termo de Referência.

8.2. **Logo ao início do contrato deverão ser executadas os serviços estruturais constantes no subitem 2 da planilha 6.1.1,** a fim de ajustar a edificação ao projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico 24677896, aprovado pelo CBMTO.

8.2. As **manutenções preventivas tais como previstas no item 3 da planilha 6.1.1,** serão executadas **SEMANALMENTE** para que garantir a funcionalidade dos sistemas de proteção, onde a empresa deverá analisar cuidadosamente todos os sistemas emitindo ao final um relatório de conformidade ou pendências citando todos os itens que estão em desacordo com o projeto e normas do CBMTO.

8.3. As **recargas dos extintores, prevista no item 4. da planilha 6.1.1,** deverão ser executadas **ANUALMENTE**, sempre na semana de vencimento do prazo da última recarga.

8.4. Os **serviços das manutenções corretivas, o item 5 e 6 da planilha 6.1.1,** **somente serão executados no caso de identificação de avarias relatadas nos relatórios das manutenções preventivas, com posterior autorização da gestão contratual para execução.**

8.5. A empresa deverá possuir registro, juntamente com os responsáveis técnicos no CREA/CAU e credenciamento atualizado junto ao Corpo de Bombeiros (CBMTO).

8.6. A empresa deverá oferecer garantia padrão contra defeito de fabricação dos equipamentos que poderão ser fornecidos, não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, mesmo após sua aceitação pela JFTO.

8.7. A empresa durante o período de garantia assume, e se compromete a substituir, integral e gratuitamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, o bem em que forem verificados defeitos ou vícios, ou, ainda, na hipótese de reincidência dos defeitos, ou se os mesmos não forem corrigidos a contento.

8.8. Sustentabilidade:

8.8.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

8.8.2. A empresa, na execução dos serviços, deverá adotar as normas federais, estaduais e distritais. Os seus profissionais deverão estar informados sobre as boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício e coleta seletiva, com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente e dos recursos públicos.

8.8.3. Deverá, também, responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação, inclusive embalagens de produtos, recipientes de materiais de limpeza, óleos, graxas, resíduos de fiação elétrica, peças, dentre outros resíduos gerados na prestação do serviço, conforme determina a Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, sempre que solicitado pelo Contratante, comprometendo-se a declarar ou comprovar os procedimentos adotados para a adequada gestão desses resíduos. A falta do recolhimento poderá implicar em penalidade para a empresa, nos termos da lei.

8.8.4. Quanto aos equipamentos que poderão ser instalados, estes deverão atender aos seguintes critérios:

8.8.4.1. Certificação do Inmetro:

- Exigir que os produtos possuam o **Selo de Identificação da Conformidade Inmetro**, comprovando sua eficiência energética, conforme portarias aplicáveis. A exigência é necessária porque representa garantia para o Poder Público de que o produto está em condições de ser comercializado e utilizado pelo fornecedor, ou seja, se é confiável e seguro para aquisição pelo Tribunal. Quando se tratar de **certificação compulsória** esse requisito não pode ser dispensado por garantir, inclusive, que o produto está em conformidade das regras e padrões de segurança, eficiência energética, compatibilidade eletromagnética, mitigando risco de contaminação por radiação, choque elétrico, incêndio, dentre outros.
- Exemplo: Micro-ondas ou geladeiras devem atender aos requisitos da Portaria Inmetro nº 268/2021.
- Quando a certificação for voluntária, esta só pode ser exigida se comprovada a existência de 3 ou mais fabricantes no mercado que possuem a referida certificação.

8.8.4.2. Selo Procel de Eficiência Energética: [Tabelas de eficiência energética - INMETRO](#)

- Garantir que os equipamentos apresentem a **Classificação A** na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), indicando o mais alto nível de eficiência.

8.8.4.3. Normas internacionais equivalentes:

- Caso os produtos sejam importados, exigir certificações equivalentes, como Energy Star ou padrões reconhecidos na União Europeia.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

9.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: **ITENS 1, 2 e 4 da planilha 6.1.1. deste termo de referência.**

9.1.2. A subcontratação fica limitada a 40% do objeto contratado, correspondente aos itens 3 e 5 da planilha 6.1.1.

9.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES / PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA

10.1. Condições de Entrega

10.1.1. O prazo de prestação/conclusão do serviço será conforme Cronograma Físico Financeiro ANEXO II 24677867, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento, pela Contratada, da ordem de serviço.

10.1.2. A contratada deverá proceder à realização do serviço em conformidade com o quantitativo e especificações contidas neste Termo.

10.1.3. Em caso de comprovada superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade do adjudicatário e que altere substancialmente as condições de seu cumprimento, será examinado pedido de prorrogação.

10.1.3.1. O pedido, formulado com as pertinentes razões e acompanhado de comprovante do alegado, deverá ser endereçado à SESEG-TO, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência do prazo inicialmente estipulado, ficando a critério do ordenador de despesas acolher ou não o requerimento da contratada.

10.2. Local da prestação do serviço

10.2.1. Os serviços deverão ser executados no seguinte endereço: QUADRA 201 NORTE AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, LOTE 02A, CONJUNTO 01 - PALMAS - TO - CEP 77.001-128, Fones: (63) 3218-3861 - e-mail: seseg.to@trf1.jus.br.

10.3. Cronograma de Execução

10.3.1. **No início do contrato** deverão ser executados os serviços estruturais (subitem 2 do anexo I - 24677857), a fim de ajustar a edificação ao projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico 24677896, aprovado pelo CBMTO.

10.3.2. **As manutenções preventivas** (subitem 3 do anexo I - 24677857) serão executadas **SEMENTRALMENTE** para garantir a funcionalidade dos sistemas de proteção, onde a empresa deverá analisar cuidadosamente todos os sistemas emitindo ao final um relatório de conformidade ou pendências citando todos os itens que estão em desacordo com o projeto e normas do CBMTO.

10.3.3. **As recargas dos extintores** (subitem 4 do anexo I - 24677857) deverão ser executadas **ANUALMENTE**, sempre na semana de vencimento do prazo da última recarga.

10.3.4. Os serviços das **manutenções corretivas** (itens 4 e 5 do anexo I - 24677857) serão executados SOB DEMANDA, no caso de identificação de avarias relatadas nos relatórios das manutenções preventivas, com posterior autorização da gestão contratual para execução.

11. DA GARANTIA COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU GARANTIA E/OU VALIDADE

11.1. A empresa deverá oferecer garantia padrão contra defeito de fabricação dos equipamentos a serem fornecidos não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, mesmo após sua aceitação pelo SJTO.

11.1.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

11.1.3. A empresa durante todo o período de garantia assume, e se compromete a substituir, integral e gratuitamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, o bem em que forem verificados defeitos ou vícios, ou, ainda, na hipótese de reincidência dos defeitos, ou se os mesmos não forem corrigidos a contento.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas necessárias à plena execução dos serviços contratados nas dependências da SJTO ou em local designado pela Administração, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, deslocamentos, entre outros.

12.2. Prestar os serviços conforme os prazos estabelecidos na proposta de preços apresentada na licitação, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

12.3. Corrigir, refazer ou adequar, sem ônus para a contratante, quaisquer serviços executados em desconformidade com as especificações contratuais ou com a qualidade exigida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação pela contratante.

12.4. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos causados à SJTO e/ou a terceiros durante a execução dos serviços, sejam eles físicos ou materiais, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança e boas práticas aplicáveis.

12.5. Cumprir integralmente as normas ambientais vigentes, especialmente no que se refere à gestão de resíduos gerados na execução dos serviços, garantindo a destinação final ambientalmente adequada, quando aplicável, em observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

12.6. Quando aplicável, comprovar a adoção de práticas sustentáveis na prestação dos serviços, incluindo logística reversa ou descarte responsável de materiais utilizados, mediante apresentação de documentação comprobatória ou contrato com empresa especializada na gestão de resíduos, conforme exigências normativas.

12.7. Assegurar que todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços possuam as qualificações exigidas no contrato, mantendo a regularidade documental e a conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária vigente. **Estes deverão ser enviados à gestão contratual com no máximo 10 dias após assinatura do contrato.**

12.8. Encaminhar à unidade fiscalizadora a fatura/nota fiscal/recibo correspondente relativos ao serviço contratado.

12.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da contratação.

12.10. Reportar imediatamente qualquer falha eventualmente identificada na especificação dos serviços prestados, propondo soluções tecnicamente adequadas.

12.11. Responder, no prazo máximo de 4 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pela Administração.

12.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação.

12.13. Refazer o serviço às suas custas caso apresentem desconformidade com a proposta ou com defeito constatado pela fiscalização.

12.14. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

12.15. Executar os serviços em estrita observância às normas técnicas da ABNT aplicáveis, em especial a **NBR 17240** (Sistemas de detecção e alarme de incêndio) e a **NBR 12962** (Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio), além das Instruções Técnicas (ITs) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO).

12.16. Apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução e de cargo e função, devidamente quitados, relativa à prestação dos serviços objeto deste contrato.

12.17. Submeter à aprovação da fiscalização, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a Ordem de Serviço, o Plano de Trabalho detalhado e o cronograma de manutenções preventivas, especificando datas e horários que não interfiram no expediente forense da SJTO.

12.18. Manter, em cada local de instalação, o "Livro de Registro de Sistema de Incêndio", onde deverão ser anotadas todas as ocorrências, testes realizados e substituições de componentes, devendo este ser assinado pelo técnico executor e pelo fiscal do contrato após cada intervenção.

- 12.19. Encaminhar, juntamente com a medição, o Relatório Técnico de Manutenção (RTM) detalhado, contendo diagnóstico do sistema, check-list individualizado por equipamento e registro fotográfico das intervenções realizadas.
- 12.20. Disponibilizar canal de comunicação (telefone e e-mail) para chamados de emergência (manutenção corretiva) com disponibilidade 24/7 (**24 horas por dia, 7 dias por semana**), garantindo o início do atendimento no prazo máximo de 4 (quatro) horas para situações que comprometam a segurança da edificação e 24 (vinte e quatro) horas para demais falhas.
- 12.21. Ministrar, quando solicitado pela Administração, treinamento prático e teórico aos servidores/brigadistas da SJTO sobre a operação dos painéis de alarme, localização de hidrantes e uso correto dos equipamentos de combate a incêndio instalados.
- 12.22. Garantir a execução dos serviços e as peças aplicadas pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses (ou conforme garantia do fabricante, se superior), responsabilizando-se pela substituição imediata e sem custos adicionais em caso de falhas prematuras.
- 12.23. Garantir que todos os funcionários utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos riscos das atividades (ex: NR-10 para serviços em painéis elétricos e NR-35 para trabalho em altura), mantendo no canteiro/local de serviço cópia das fichas de entrega de EPIs e certificados de treinamento atualizados.
- 12.24. **Enviar em até 10 dias** após início da execução contratual os **certificados** de conclusão dos cursos **NR-10 e NR-35**, dos profissionais técnicos responsáveis pela manutenção.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 13.1. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à entrega dos bens, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a entrega dos equipamentos, no prazo máximo de 1 (um) mês, contado do recebimento pelo Contratante, podendo ser prorrogado, motivadamente, por igual período.
- 13.2. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto desta contratação, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;
- 13.3. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
- 13.4. Recusar o recebimento do objeto que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA;
- 13.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 13.6. O representante da administração deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem em atraso e descumprimento de dispositivos constantes deste Termo, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.
- 13.7. Permitir acesso do pessoal da empresa licitante às dependências da SJTO para a entrega e/ou troca do objeto contratado, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.
- 13.8. Designar servidores do seu quadro de pessoal para receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
- 13.9. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante da administração deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.
- 13.10. Realizar medições e análise dos relatórios de serviço enviados pela contratada a fim de garantir a plena execução dos serviços, assim com o seu recebimento.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, observado, no que couber, o Decreto 11.246/2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 14.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 14.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 14.7. O gestor/fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 14.8. O gestor/fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 14.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, O gestor/fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 14.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal do contrato comunicará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 14.11. O gestor/fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 14.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao superior hierárquico para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 14.13. O gestor/fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 14.14. O fiscal do contrato poderá convocar reuniões periódicas (mensais ou trimestrais) de alinhamento, com a presença obrigatória do responsável técnico da CONTRATADA, para avaliação do desempenho, discussão de cronogramas de manutenção preventiva e análise de indicadores de falhas nos sistemas de incêndio.
- 14.15. A aferição da execução contratual para fins de pagamento não se limitará à mera disponibilidade dos equipamentos, mas à comprovação técnica de seu pleno funcionamento (testes de estanqueidade, pressão, continuidade elétrica, etc.), conforme metodologia definida no Termo de Referência.
- 14.16. A Administração aplicará glosas proporcionais no pagamento mensal caso a CONTRATADA descumpra os prazos de atendimento de emergência definidos ou caso a manutenção preventiva não seja realizada integralmente conforme o cronograma aprovado, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
- 14.17. A substituição de profissionais da equipe técnica (engenheiros ou técnicos especializados) deverá ser comunicada formalmente à fiscalização com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, acompanhada da comprovação de que o novo profissional possui qualificação técnica equivalente ou superior à exigida no edital.
- 14.18. O fiscal do contrato reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo, as notas fiscais de aquisição de peças e materiais aplicados no sistema de incêndio para verificar a procedência, originalidade e compatibilidade com os preços de mercado e especificações contratuais.
- 14.19. Durante a execução de manutenções que exijam o desligamento temporário de setores do sistema de detecção ou alarme, a CONTRATADA deverá apresentar plano de contingência prévio, aprovado pela fiscalização, para garantir a segurança dos ocupantes do edifício durante a interrupção.
- 14.20. Em casos de manutenções corretivas que exijam o desligamento total ou parcial do sistema de detecção e alarme, a CONTRATADA deverá apresentar, com antecedência mínima de 24 horas (salvo emergências críticas), um **Plano de Contingência** temporário para garantir a segurança dos ocupantes durante o período de inoperância.
- 14.21. Toda substituição de peças ou componentes (baterias, detectores, mangueiras, bombas) deve ser precedida de autorização por escrito do fiscal técnico, acompanhada de catálogo ou ficha técnica que comprove a compatibilidade e a conformidade com as normas da ABNT.

14.22. Modelo de Execução de Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

- 14.22.1. A avaliação da prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PPCI) não se restringirá à mera comprovação de disponibilidade de mão de obra física nas dependências da contratante. O atesto para fins de faturamento e pagamento estará estritamente condicionado à comprovação da plena funcionalidade técnica dos equipamentos, validada mediante a entrega de documentação comprobatória e aferição dos Indicadores de Desempenho estabelecidos neste IMR.
- 14.22.2. Nenhum processo de pagamento será iniciado sem que a CONTRATADA entregue à fiscalização técnica da JFTO os seguintes documentos, devidamente atestados e assinados pelo Engenheiro Responsável Técnico (com a respectiva ART/RRT vinculada ao contrato):
- Relatório Técnico de Manutenção (RTM):** Contendo *check-list* individualizado por equipamento (bombas, painéis, detectores, hidrantes e extintores), parâmetros aferidos (pressão, tensão, corrente elétrica), diagnóstico técnico e registro fotográfico datado das intervenções (antes e depois).
 - Cópia do Diário de Obras/Serviços:** Contendo o registro diário das atividades, com o devido "visto" do fiscal local atestando a presença da equipe técnica e os serviços realizados no período.
 - Laudos de Testes Físicos:** Relatórios atestando os testes de estanqueidade nas redes de hidrantes, testes de acionamento e vazão das bombas centrífugas e laudos de continuidade das malhas de detecção e alarme.
- 14.22.3. O faturamento mensal sofrerá adequações (glosas) baseadas no desempenho da CONTRATADA, aferido por meio do preenchimento da Planilha de IMR pelo Gestor/Fiscal do Contrato, observando os seguintes indicadores e fatores de glosa operacionais:

14.22.3.1. Indicador 1: Cumprimento do Cronograma de Manutenção Preventiva

- Finalidade:** Garantir que o sistema de incêndio receba as inspeções nas datas planejadas, evitando a inoperância por falta de manutenção.
- Meta:** 100% de execução do cronograma aprovado para o mês corrente.
- Critério de Aferição:** Verificação física *in loco* por amostragem pela fiscalização e conferência da entrega e conformidade do RTM.
- Fator de Glosa:** Desconto de **2% (dois por cento)** sobre o valor mensal faturável por cada dia útil de atraso injustificado na execução do cronograma, limitado a 10%. Atingido o limite, o atraso poderá configurar inexecução parcial do contrato, passível de abertura de processo sancionatório.

14.22.3.2. Indicador 2: Tempo de Resposta para Manutenção Corretiva - SLA de Emergência - (SLA - Service Level Agreement - acordo de nível de serviço)

- Finalidade:** Assegurar a rápida mobilização da equipe para restabelecer o funcionamento do PPCI em caso de falhas.

- **Meta:** Início do atendimento *in loco* em até **4 (quatro) horas** para falhas críticas (inoperância total da central de alarme, queima de bomba de incêndio, vazamentos severos em hidrantes) e em até **24 (vinte e quatro) horas** para falhas não críticas (desligamento de sensor isolado, falha em sinalização).
- **Critério de Afiação:** Cruzamento entre o horário de registro de abertura do chamado técnico (e-mail ou sistema institucional) e o registro de entrada do técnico nas dependências da JFTO.
- **Fator de Glosa:** Desconto de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da parcela mensal fixa por cada ocorrência em que o tempo de resposta for descumprido. O percentual será dobrado (10%) em caso de reincidência do descumprimento de prazos no mesmo mês de faturamento.

14.22.3.3. Indicador 3: Eficácia da Manutenção (Índice de Retrabalho)

- **Finalidade:** Garantir que o problema reportado seja definitivamente solucionado, evitando a necessidade de retornos constantes para o mesmo defeito.
- **Meta:** Zero reincidências do mesmo defeito em um mesmo equipamento num período de 15 (quinze) dias após a comunicação de conclusão do reparo.
- **Critério de Afiação:** Histórico de chamados corretivos e registros no Diário de Obras/Serviços.
- **Fator de Glosa:** Desconto de **3% (três por cento)** sobre a fatura mensal por cada chamado reaberto em virtude de falha na execução do serviço anterior ou imperícia técnica.

14.22.3.3. Indicador 4: Qualificação e Segurança do Trabalho

- **Finalidade:** Resguardar a contratante quanto a passivos trabalhistas e acidentes, exigindo o cumprimento rigoroso das normas de segurança.
- **Meta:** Zero ocorrências de técnicos atuando sem a correta utilização de EPIs ou sem a devida qualificação com validade vigente (NR-10, NR-35, etc.).
- **Critério de Afiação:** Inspeção visual durante a execução dos serviços e auditoria documental rotineira dos certificados.
- **Fator de Glosa:** Paralisação imediata dos serviços — computando-se o período de interrupção como atraso (incidência cumulativa do Indicador 1) — e aplicação de glosa direta de **3% (três por cento)** sobre a fatura mensal por infração identificada.

14.22.4. O somatório das glosas aplicadas em um único mês, decorrentes do IMR, não poderá ultrapassar o limite de **20% (vinte por cento)** do valor da respectiva fatura mensal. Atingido esse patamar, a Administração deverá avaliar a conveniência da abertura de Procedimento Administrativo Sancionatório por falha grave na execução contratual.

14.22.3. Procedimento de Afiação e Pagamento

14.22.3.1. Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação, a CONTRATADA apresentará o RTM e o requerimento de medição.

14.22.3.2. A Fiscalização Técnica terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para realizar o **Recebimento Provisório**, aferindo o IMR e emitindo o Relatório de Fiscalização com a indicação do valor aprovado para faturamento, já deduzidas eventuais glosas.

14.22.3.3. Após a autorização da Fiscalização Técnica, a CONTRATADA emitirá a respectiva Nota Fiscal para processamento do Recebimento Definitivo e retenções tributárias legais, sob a égide normativa.

15. RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhados dos relatórios técnicos de serviço, pelo(a) responsável pelo acompanhamento do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta.

15.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado e atesto da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime o fornecedor de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.4. Os serviços serão recusados quando entregues com especificações técnicas inferiores às contidas neste Termo de Referência e/ou proposta.

15.5. Enquanto não solucionada a pendência, ficarão suspensos os prazos para o recebimento definitivo.

15.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a afiação do atendimento das exigências contratuais.

15.7. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

15.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16. GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#).

17. DA VIGÊNCIA

17.1. O presente instrumento vigorará por 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, observadas as condições e limites estabelecidos no [art. 107 da Lei 14.133/2021](#), já incluído o primeiro ano de vigência.

17.2. Para o encaminhamento do pedido de prorrogação do contrato, o gestor do contrato deve observar os seguintes requisitos:

17.2.1. Prestação regular dos serviços.

17.2.2. Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.

17.2.3. Permanência da vantagem econômica para o Contratante.

17.2.4. Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.

17.2.5. Verificação se houve declaração de inidoneidade ou suspensão da Contratada no âmbito da União ou do Contratante.

17.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível proceder aos cálculos devidos para fins de reajuste do contrato, caberá à Contratada no ato que manifestar anuência com a prorrogação, requerer a inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação garantindo o seu direito ao reajuste, sob pena de preclusão.

17.4. O Contrato não será prorrogado quando a Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do Contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços deste contrato poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, vinculada à data do orçamento estimado, constante do instrumento convocatório.

18.1.1. São nulos de pleno direito quaisquer apuração de índice de reajuste que produza efeito financeiro equivalente aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

18.2. O reajuste dos preços terá como base de preços do SINAPI - ou, na hipótese de extinção deste, por outro que venha a substituí-lo.

18.3. Caberá à Contratada solicitar o reajustamento dos preços e demonstrar a variação, mediante apresentação da respectiva planilha, bem como apresentar a documentação comprobatória do seu pleito.

18.4. No caso de eventual prorrogação contratual, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o valor do contrato será reajustado após o interregno de um ano, que será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

18.4.1. As alterações decorrentes de reajustamentos serão formalizadas mediante Termo de Apostilamento.

18.5. Para fins de concessão do reajuste poderão ser realizadas diligências visando conferir a variação de custos alegada pela Contratada, considerando-se:

18.5.1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública.

18.5.2. As particularidades deste contrato.

18.5.3. Indicadores setoriais, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

18.5.4. A disponibilidade orçamentária do Contratante.

18.6. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerrar-se-á na data da prorrogação/ término de vigência contratual ou, se notificada para exercer o seu direito, não se manifestar em até 15 (quinze) dias úteis, obedecidas as seguintes disposições:

18.6.1. Caso a Contratada não solicite o reajuste dentro do prazo fixado no subitem 20.6, perderá, em cada período aquisitivo, o direito à revisão dos preços do contrato.

18.6.2. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste somente poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da prorrogação do prazo de vigência do contrato.

18.6.3. Se, embora solicitado tempestivamente o reajuste, o índice aplicável não estiver disponível, a Contratada deverá formular novo pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da disponibilização desse índice na página oficial da entidade responsável pela sua publicação, ainda que o contrato esteja vencido ou prorrogado.

18.6.4. Se até a data da prorrogação contratual, ainda não tiver sido solicitado/concedido o reajuste, caberá a Contratada solicitar a reserva de seu direito para ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão, com vistas à inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste.

19. DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTO

19.1. Prazos para liquidação e pagamento:

19.1.1. A liquidação ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da realização da medição com o atesto da nota fiscal;

- 19.1.2. O pagamento das faturas será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da liquidação, inciso VI, Art. 92 da Lei 14.133/2022.
- 19.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 19.1.3. Para pagamento de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021, os prazos de que tratam os subitens 21.1.1 e 21.1.2 desta Cláusula serão reduzidos pela metade.
- 19.3. Quando o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20. PENALIDADES / SANÇÕES

- 20.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, conforme previsto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e na [Portaria Presi nº 380/2025](#):
- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021).
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 20.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 22.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.
- 20.3. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:
- 20.3.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- 20.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, em especial quando:
- 20.3.2.1. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 20.3.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 20.3.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação;
- 20.3.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 20.3.5.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 20.3.5.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 20.3.6. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).
- 20.4 A empresa que incorrer nas infrações previstas nos subitens 22.3.1, 22.3.2 e 22.3.3, ensejará na sanção prevista no subitem 22.1, alínea “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 22.1, alínea “b”.
- 20.5 À empresa que cometer as infrações previstas nos subitens 22.3.4, 22.3.5 e 22.3.6, será aplicada a pena prevista na alínea “d” do subitem 22.1.
- 20.6. O atraso injustificado na entrega/execução do objeto contratado ou qualquer outra infração, sujeitará a Contratada à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total do empenho ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 10 (dez) dias corridos.
- 20.6.1. A partir do 11º dia, a multa diária será de 1% (um por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 22.6.
- 20.7. Nas hipóteses em que não haja prefixação do termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese que fará incidir a sanção prevista no subitem 22.6.
- 20.8. A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a resolução contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 22.1, alínea “c”.
- 20.9. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Edital ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 20.9.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.
- 20.10 A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Termo de Referência ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 20.10.1 A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.
- 20.10.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta neste subitem será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.
- 20.11. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 22.6.
- 20.12. O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).
- 20.13. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Portaria Presi nº 380/2025.
- 20.14. A Administração poderá, a seu critério e observados os requisitos legais, celebrar Termo de Transação Administrativa com a contratada, nos termos do art. 14 da Portaria Presi nº 380/2025, com o objetivo de encerrar o processo sancionador de forma consensual e mais célere, mediante:
- a) reconhecimento formal, pela contratada, da infração administrativa que lhe é imputada;
- b) compromisso da contratada em ajustar sua conduta às exigências legais e contratuais no prazo acordado;
- c) aplicação de multa com desconto de 40% (quarenta por cento) sobre o valor que seria devido em caso de aplicação direta da penalidade;
- d) integral ressarcimento de eventuais danos causados à Administração;
- e) cumprimento total das condições estabelecidas no termo.
- 20.14.1. O processo de penalidade será arquivado após o cumprimento integral das obrigações assumidas no termo.
- 20.14.2. O descumprimento injustificado do Termo de Transação Administrativa implicará o prosseguimento do processo sancionador, com base nos fatos já reconhecidos, sem prejuízo da apuração de novas infrações, se for o caso.
- 20.15. As penalidades aplicadas deverão ser registradas nos sistemas competentes, tais como CEIS, CNEP, SIAFI, e outros cadastros ou sistemas que venham a ser instituídos para essa finalidade, quando for o caso.
- 20.15.1. O registro será realizado após o trânsito em julgado administrativo da decisão sancionadora, conforme determina a Portaria Presi nº 380/2025, garantindo-se previamente o contraditório e a ampla defesa.
- 20.16. O recurso administrativo interposto contra decisão que aplique penalidade terá efeito suspensivo até o julgamento final pela autoridade competente, nos termos do art. 27, §1º, da Portaria Presi nº 380/2025.

21. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 21.1. O custo estimado total da contratação anual (preventiva e recargas) é de **RS61.221,20 (sessenta e um mil duzentos e vinte e um reais e vinte centavos)**, tendo em vista os serviços da manutenção preventiva e recargas (ANEXO II-24677867 - Cronograma Físico Financeiro).
- 21.2. Adicionalmente será reservado a parcela de aproximadamente 10% dos serviços 4 e 5 (sob demanda), correspondente a **RS6.000,00 (seis mil reais)**, a fim de garantir a substituição dos componentes defeituosos.

TABELA RESUMO DOS PREÇOS

Item	Serviços	Valor total
1	Preventiva, Serviços Estruturais e Recargas (Itens 1,2, 3 e 4 da planilha)	R\$ 55.221,20
2	Corretivas Sob Demanda (aproximadamente 10% dos itens 4 e 5)	R\$6.000,00
TOTAL ESTIMADO		RS61.221,20

22. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 22.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.
- 22.2. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.
- 22.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 03 (três) dias úteis, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).
- 22.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

- 22.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.
- 22.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.
- 22.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).
- 22.7. Não haverá tratamento específico de dados pessoais para esta contratação.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 23.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: [Painel Orçamentário](#)
- I) Unidade Gestora (UG)/Responsável: 90038;
- II) Fonte de Recursos: 1000;
- III) Programa de Trabalho (PTRES): 188312;
- IV) Natureza de Despesa: 339039 (manutenção PPCI) e 339030 (recarga extintores);
- 23.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1. Planilha orçamentária editável constante no link: [ANEXO V](#).
- 24.2. Este termo foi elaborado pela SESEG-TO. Informações e dúvidas poderão ser sanadas pelo telefone (63) 3218-3861, com os servidores Vinicius Sousa Costa e Lucivânia dos Santos Paz.

Vinicius Sousa Costa
Supervisor da Seção de Serviços Gerais
Seção Judiciária do Tocantins

ANEXO II DO EDITAL
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

À: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO TOCANTINS
A/C: Sr. Pregoeiro
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026
PAe nº 0001774-40.2025.4.01.8014
REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA - DATA: xx/05/2026 - HORA: 09:00 h

À Justiça Federal - TO,

Apresentamos a nossa proposta para prestação de Serviço de Engenharia para **prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCI)** nos edifícios Sede e Anexo da Justiça Federal no Tocantins, incluindo o fornecimento de peças, recargas e certificações, conforme especificações constantes do Termo De Referência - Anexo I do Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR GLOBAL
01	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCI) nos edifícios Sede e Anexo da Justiça Federal no Tocantins, incluindo o fornecimento de peças, recargas e certificações, conforme especificações constantes do Termo De Referência - Anexo I do Edital.	SVO	R\$.....

Declaramos que:

1. No preço proposto, estão computados todos os custos decorrentes da operação de venda, tais como: transporte, mão de obra, materiais/peças e acessórios a serem empregados, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação dos fornecimentos na forma prevista neste Edital estão inclusos nos preços acima ofertados.
2. **Declaração de Vistoria:** Declaro que não vistoriamos o local, porém conhecemos todas as condições em que serão executados os serviços, não sendo admitido, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços/materiais/peças/acessórios que serão utilizados na execução do contrato, ou ainda, de dificuldades técnicas não previstas.
- PRAZO DE EXECUÇÃO / ENTREGA:** conforme o estabelecido no item 10 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- PRAZO DE VALIDADE:** 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do Pregão. (Prazo não inferior a 60 (sessenta) dias).

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a cumprir a obrigação no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		Tel/Fax:
E-mail:		CEP:
Cidade:		UF:
Dados Bancários		
Banco:	Agência:	C/C:

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)

- [ANEXOS DA PROPOSTA - PLANILHAS A SEREM APRESENTADAS:](#)
- Planilha Orçamentária
 - Cronograma físico financeiro
 - Composições Unitárias

NOTA: Os modelos de planilhas poderão ser acessadas diretamente pelo [link - Anexo V](#), constante do subitem 24.1 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - MODELO

Item	Banco	Código	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI				Total					Peso (%)
							M. O.	MAT.	EQUIP.	Total	M. O.	MAT.	EQUIP.	Total		
1 SERVIÇOS PRELIMINARES														RS	-	
1.1	COMP	C101	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA OBRA/SERVIÇO	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	
2 SERVIÇOS ESTRUTURAIS A SEREM EXECUTADOS NO INÍCIO DO CONTRATO														RS	-	
2.1	COMP	C501	BARRA ANTIPANICO SIMPLES, CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA. INCLUSO A INSTALAÇÃO EM PORTA CORTA-FOGO	UND	12					RS	-	RS	-	RS	-	
2.2	COMP	C502	SUBSTITUIÇÃO DE PORTA CORTA-FOGO 90X210X4CM. INCLUSO BARRA ANTIPÂNICO SIMPLES, CEGA EM LADO OPOSTO, COR CINZA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	
2.3	COMP	C503	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. INCLUSO TRANSPORTE HORIZONTAL E REQUADRO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA ÚMIDA) COM PREPARO MANUAL	M2	1					RS	-	RS	-	RS	-	
2.4	SINAPI	95305	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	10					RS	-	RS	-	RS	-	
2.5	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	10					RS	-	RS	-	RS	-	
2.6	COMP	C504	GRELHA DE ALUMÍNIO ANODIZADO, COM ALETAS FIXAS E FUROS NAS ABAS, FIXAÇÃO COM PARAFUSO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. LOCAL: ESCADAS ENCLAUSURADAS	M2	1					RS	-	RS	-	RS	-	
2.7	COMP	C505	CORRIMÃO SIMPLES FIXADO EM PAREDE, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO INOX. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	29					RS	-	RS	-	RS	-	
2.8	COMP	C506	INSTALAÇÃO DE TELA DE ARAME GALVANIZADA REVESTIDA EM PVC, PARA ALAMBRADO COM TUBOS DE AÇO, QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 4,30 MM, MALHA 5 X 20 CM, H = 1,30 M. COR CINZA CLARO	M2	20,8					RS	-	RS	-	RS	-	
2.9	COMP	C507	PILAR METÁLICO 100X100MM COM 2 METROS DE ALTURA, CHAPA ESPESSURA DE 1,30MM, COM PINTURA PROTETORA TIPO ZARCÃO (1 DEMÃO), PINTURA FINALIZADORA EM ESMALTE SINTÉTICO NA COR CINZA (2 DEMÃOS). INCLUSO CHAPA BASE DE LIGAÇÃO COM ESPESSURA DE 3MM E 2 PARAFUSOS DO TIPO PARABOLTS 3/8". INCLUSO APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE À BASE DE POLIUREIA, BICOMPONENTE NAS PERFURAÇÕES DOS PARABOLTS E CHAPA DE LIGAÇÃO.	UND	12					RS	-	RS	-	RS	-	
2.10	COMP	C508	PORTÃO DE 1,00X2,00M EM DE TELA DE ARAME GALVANIZADA REVESTIDA EM PVC, PARA ALAMBRADO COM TUBOS DE AÇO, QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 4,30 MM, MALHA 5 X 20 CM, H = 2 M. COR CINZA CLARO. ESQUADREJADO COM METALOM 40X50MM NA CHAPA 2,00MM.	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	
3 MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SEMESTRAL														RS	-	
3.1	COMP	C201	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE ALARME. AJUSTE, RECONFIGURAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	
3.2	COMP	C202	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (SPK). AJUSTE DOS BICOS, TESTE DE PRESSURIZAÇÃO, REAPERTO DE TUBULAÇÕES/CONEXÕES, RECONFIGURAÇÃO DO PAINEL DE COMANDO E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	
3.3	COMP	C203	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE HIDRANTES. AJUSTE DOS REGISTROS E VÁLVULAS, TESTE DE PRESSURIZAÇÃO, REAPERTO DE TUBULAÇÕES/CONEXÕES, RECONFIGURAÇÃO DO PAINEL DE COMANDO E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	
3.4	COMP	C204	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO. TESTE DAS LUMINÁRIAS, REAPERTO DE PARAFUSOS COM FIXAÇÃO DAS LUMINÁRIAS E PLACAS E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	
3.5	COMP	C205	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM SISTEMA DE SPDA. TESTE DE CONTINUIDADE. REAPERTO DE PARAFUSOS E CONEXÕES. IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	
4 RECARGA DOS EXTINTORES - ANUAL														RS	-	
4.1	COMP	C301	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE DIÓXIDO DE CARBONO CO2 DE 6KG, CLASSE BC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	5					RS	-	RS	-	RS	-	
4.2	COMP	C302	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PQS DE 6KG, CLASSE BC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	37					RS	-	RS	-	RS	-	
4.3	COMP	C303	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ QUÍMICO SECO PQS DE 50KG, CLASSE BC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	
4.4	COMP	C304	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA ÁGUA PRESSURIZADA, CAPACIDADE 10L, CLASSE A - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	36					RS	-	RS	-	RS	-	
4.5	COMP	C305	RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS). CAPACIDADE 6KG, CLASSE ABC - RECARGA E INSTALAÇÃO	UND	61					RS	-	RS	-	RS	-	
5 MANUTENÇÃO CORRETIVA PPCT - SOB DEMANDA														RS	-	
5.1	COMP	C103	SUBSTITUIÇÃO DE ACIONADOR MANUAL, TIPO REARMÁVEL, SISTEMA CONVENCIONAL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	5					RS	-	RS	-	RS	-	

5.2	COMP	C104	SUBSTITUIÇÃO DE ACIONADOR MANUAL, TIPO REARMÁVEL, SISTEMA ENDEREÇÁVEL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	5					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.3	COMP	C105	SUBSTITUIÇÃO DE SIRENE AUDIOVISUAL, SISTEMA CONVENCIONAL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.4	COMP	C106	SUBSTITUIÇÃO DE SIRENE AUDIOVISUAL, SISTEMA ENDEREÇÁVEL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.5	COMP	C107	SUBSTITUIÇÃO DE CENTRAL DE ALARME DE INCÊNDIO, SISTEMA ENDEREÇÁVEL (ATÉ 125 DISPOSITIVOS) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.6	COMP	C108	SUBSTITUIÇÃO DE CENTRAL DE ALARME DE INCÊNDIO, SISTEMA ENDEREÇÁVEL (ATÉ 500 DISPOSITIVOS) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.7	COMP	C512	SUBSTITUIÇÃO DE REPETIDORA DE SILNAL DE ALARME DE INCÊNDIO, SISTEMA ENDEREÇÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. REF. SBC 58112	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.8	COMP	C119	SUBSTITUIÇÃO DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS TIPO PENDENTE, BULBO VERMELHO, 68 °C, UNIÃO POR ROSCA DN 15 (1/2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.9	COMP	C112	RETIRADA DE VAZAMENTOS NA REDE DE HIDRANTES E CHUVEIROS AUTOMÁTICOS - INCLUSO PINTURA NA COR VERMELHA	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.10	COMP	C121	SUBSTITUIÇÃO DE DETECTOR DE FUMAÇA ENDEREÇÁVEL IP. COMPATÍVEL COM A MARCA ASCAEL	UND	15					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.11	COMP	C122	SUBSTITUIÇÃO DE DETECTOR DE TEMPERATURA ENDEREÇÁVEL IP. COMPATÍVEL COM A MARCA ASCAEL	UND	15					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.12	COMP	C123	SUBSTITUIÇÃO DE MANGUEIRA DE INCÊNDIO TIPO 2, DE 1 1/2", COMPRIMENTO DE 15M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTÉTICA, COM UNIÕES E ENGATE RÁPIDO. HOMOLOGADA. INCLUSO CHAVE DUPLA PARA CONEXÕES	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.13	COMP	C124	SUBSTITUIÇÃO DE ESGUICHO JATO REGULÁVEL, TIPO ELKHART, ENGATE RÁPIDO 2 1/2" PARA COMBATE A INCÊNDIO	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.14	COMP	C125	SUBSTITUIÇÃO DE REGISTRO OU VÁLVULA GLOBO ANGULAR EM LATÃO PARA HIDRANTES. 45º, DIÂMETRO DE 2 1/2" COM VOLANTE, CLASSE PRESSÃO DE ATÉ 200PSI. INCLUSO ADAPTADOR EM LATÃO, ENGATE RÁPIDO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2"	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.15	SINAPI	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	30					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.16	COMP	C126	SUBSTITUIÇÃO DE PLACA DE SINALINALIZAÇÃO DE SEGURNAÇA CONTRA INCÊNDIO - ALERTA TRIANGULAR - BSE DE 30CM, EM PVC 2MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UND	5					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.17	COMP	C127	SUBSTITUIÇÃO DE PLACA DE SINALINALIZAÇÃO DE SEGURNAÇA CONTRA INCÊNDIO - FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR - 20X40CM, EM PVC 2MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UND	5					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.18	SINAPI	101907	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026_PE	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.19	SINAPI	101909	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026_PE	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.20	SINAPI	101905	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026_PE	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.21	COMP	C509	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL PÓ QUIMICO 6KG, CLASSE ABC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. NBR 12693	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.22	COMP	C510	ADESIVO DE PISO SOLO DEMARCACAO DE EXTINTOR E 17 (100X100CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	10					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.23	COMP	C511	ABRIGO EXTERNO DE SOBREPOR PARA EXTINTOR EM CHAPA DE AÇO 85X40X30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.24	COMP	C513	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE), NA COR VERMELHA, APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE TUBOS METÁLICAS DE INCÊNDIO (02 DEMÃOS).	M2	20					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
			TUBOS, CONEXÕES E MANGUEIRAS																
5.25	SINAPI	101917	MANÔMETRO 0 A 200 PSI (0 A 14 KGF/CM2), D = 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2026	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.26	SINAPI	94495	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.27	SINAPI	94499	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.28	SINAPI	94500	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.29	SINAPI	99631	VÁLVULA DE RETENÇÃO VERTICAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 1 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.30	SINAPI	103009	VÁLVULA DE RETENÇÃO VERTICAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
5.31	COMP	C120	INSTALAÇÃO DE PRESSOSTATO ALTA/BAIXA COM REARME MANUAL	UND	3					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
6	MANUTENÇÃO CORRETIVA REDE ELÉTRICA - SOB DEMANDA																RS	-	
6.1	COMP	C110	SUBSTITUIÇÃO DE CABO BLINDADO 3*1,50MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	500					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-
6.2	COMP	C111	SUBSTITUIÇÃO DE CABO BLINDADO 2*1,50MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	500					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-

6.3	COMP	C113	MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA REGULAGEM E/OU IDENTIFICAÇÃO DE AVARIAS DE QUADRO DE COMANDO ELÉTRICO - SPK E HIDRANTES	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.4	COMP	C114	SUBSTITUIÇÃO DE RELÉ FALTA DE FASE PARA ATUAR NO COMANDO DO CONTATOR, PARA QUADRO DE BOMBA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.5	COMP	C115	SUBSTIUÇÃO DE RELÉ PARA REVEZAMENTO DE MOTORES, PARA QUADRO DE BOMBA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.6	COMP	C117	SUBSTITUIÇÃO DE CHAVE BLINDADA TRIPOLAR 30A - DUAS POSIÇÕES	UND	2					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.7	COMP	C118	MANUTENÇÃO/INSTALAÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, ATÉ 10 CV OU 9,86 HP, HM 85 A 140 M, Q 4,2 A 14,9 M3/H (SEM FORNECIMENTO).	UND	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.8	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	100					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.9	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	100					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.10	SINAPI	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	100					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
DISJUNTORES																		
6.11	SINAPI	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.12	SINAPI	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.13	SINAPI	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.14	SINAPI	93656	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.15	SINAPI	93657	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.16	SINAPI	93658	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.17	SINAPI	93659	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.18	SINAPI	93668	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.19	SINAPI	93669	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.20	SINAPI	93670	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.21	SINAPI	93671	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.22	SINAPI	93672	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.23	SINAPI	93673	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.24	SINAPI	101894	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 60 ATÉ 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
CONTADORAS																		
6.25	SINAPI	106301	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 45 A, TENSÃO NOMINAL DE "500" V, CATEGORIA AC-2 E AC-3, PARA QUADRO DE BOMBA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.26	SINAPI	106298	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 32 A, TENSÃO NOMINAL DE "500" V, CATEGORIA AC-2 E AC-3, PARA QUADRO DE BOMBA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
BOMBAS																		
6.27	SINAPI	102115	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 1,5 CV OU 1,48 HP, HM 10 A 70 M, Q 1,8 A 5,3 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025_PS	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.28	SINAPI	102118	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 3 CV OU 2,96 HP, HM 34 A 40 M, Q 8,6 A 14,8 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025_PS	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
6.29	SINAPI	102122	BOMBA CENTRÍFUGA, TRIFÁSICA, 10 CV OU 9,86 HP, HM 85 A 140 M, Q 4,2 A 14,9 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2025_PS	UN	1					RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	
Totais ->											RS	-	RS	-	RS	-	RS	-

CRONOGRAMA - MODELO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					
OBRA: MANUTENÇÃO DO SISTEMA PPCI			DATA DA ELABORAÇÃO: 17/03/2026		
PROPRIETÁRIO: JUSTIÇA FEDERAL NO TOCANTINS			SINAPI DE FEVEREIRO/2026 DESONERADO - Tocantins		

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO								
ENDEREÇO: QUADRA 201 NORTE AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, LOTE 02A, CONJUNTO 01 - PALMAS - TO - CEP 77.001-128								
BDI DA OBRA: 26,63%								
ÁREA DE INTERVENÇÃO (M²):	9.746,77							
Código	DESCRIÇÃO	Valor Item c/ BDI	Peso (%)	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL
			Valor	%	Valor	%	Valor	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				100,00%			R\$ -
2	SERVIÇOS ESTRUTURAIS A SEREM EXECUTADOS NO INÍCIO DO CONTRATO		R\$ -	-	100,00%	R\$ -	-	R\$ -
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SEMESTRAL				50,00%		50,00%	R\$ -
4	RECARGA DOS EXTINTORES - ANUAL		R\$ -	-		R\$ -	100,00%	R\$ -
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA - ITENS 5 E 6				50,00%		50,00%	R\$ -
TOTAIS POR MÊS		R\$ -	-	0,00%	R\$ -	-	#DIV/0!	R\$ -
VALORES ACUMULADOS				R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -
PERCENTUAIS ACUMULADO				#DIV/0!		#DIV/0!		
VALOR TOTAL			R\$ 0,00					

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI (DESONERADO) OBRA			
Ref.	N.º /	
Proponente: (razão social da empresa proponente)			
Objeto Licitado: (descrição do objeto)			
Fórmula proposta:			
Fonte: Acórdão nº 2622/2013			
COMPOSIÇÃO DO BDI			
AC = administração central			3,00%
DF = despesas financeiras			0,59%
S = taxa representativa das despesas de seguro			0,80%
R = risco e imprevistos			0,97%
L = lucro			6,16%
I = impostos sobre faturame			11,65%
ISS (70% DE 5%)			3,50%
PIS			0,65%
COFINS			3,00%
Alíquota de desoneração -conforme LEI Nº 13.161, DE 31 DE AGOSTO DE 2015			4,50%
BDI**			26,63%

ANEXO IV DO EDITAL
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS E A EMPRESA _____

UNIAO, através da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS, inscrita no CNPJ sob o nº 05.446.379/0001-81, com sede na Avenida Joaquim Teófilo Segurado, Quadra 201 Norte, Conjunto 01, Lote 2-A, CEP 77.001-128, em Palmas - TO, neste ato representado pelo Diretor da Secretaria Administrativa, RICARDO ANTONIO NOGUEIRA PEREIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria SJTO-DIREF nº 69/2025 (22424461), de 25/03/2025, da Diretoria do Foro da Seccional do Tocantins, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, com registro no CNPJ/MF nº _____, com endereço na Rua _____, na cidade de _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador (a) da cédula de identidade RG nº _____, CPF _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente CONTRATO, sujeitando-se os CONTRATANTES aos termos do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, Pae-Sei nº 0001774-40.2025.4.01.8014 e aos ditames da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Contrato e seus anexos, e consoante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de engenharia - **manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCI)** nos edifícios Sede e Anexo da Justiça Federal no Tocantins, incluindo o fornecimento de peças, recargas e certificações, conforme especificações constantes do Termo De Referência, integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em tópicos específicos do Termo de Referência - Anexo I do edital.

2.2 - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 - Id da Futura Contratação: [SJTO_SESEG_0007_2026](#).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E DO PAGAMENTO

3.1 - A Contratante pagará à Contratada o valor global anual estimado de até R\$ _____ (_____) pela execução do serviço objeto deste Contrato.

- 3.2 - No serviço estão inclusos todos os custos, inclusive com materiais, equipamentos, mão de obra, entre outros, descritos no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, neste Contrato e seus anexos.
- 3.3. Prazos para liquidação e pagamento:
- 3.3.1. A liquidação ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da realização da medição com o atesto da nota fiscal;
- 3.3.2. O pagamento das faturas será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da liquidação, inciso VI, Art. 92 da Lei 14.133/2022.
- 3.3.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 3.3.2.1. Para pagamento de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021, os prazos de que tratam os subitens 3.3.1. e 3.3.2 desta Cláusula serão reduzidos pela metade.
- 3.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 3.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas necessárias à plena execução dos serviços contratados nas dependências da SJTO ou em local designado pela Administração, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, deslocamentos, entre outros.
- 4.2. Prestar os serviços conforme os prazos estabelecidos na proposta de preços apresentada na licitação, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente emitido pela Administração.
- 4.3. Corrigir, refazer ou adequar, sem ônus para a contratante, quaisquer serviços executados em desconformidade com as especificações contratuais ou com a qualidade exigida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação pela contratante.
- 4.4. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos causados à SJTO e/ou a terceiros durante a execução dos serviços, sejam eles físicos ou materiais, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança e boas práticas aplicáveis.
- 4.5. Cumprir integralmente as normas ambientais vigentes, especialmente no que se refere à gestão de resíduos gerados na execução dos serviços, garantindo a destinação final ambientalmente adequada, quando aplicável, em observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).
- 4.6. Quando aplicável, comprovar a adoção de práticas sustentáveis na prestação dos serviços, incluindo logística reversa ou descarte responsável de materiais utilizados, mediante apresentação de documentação comprobatória ou contrato com empresa especializada na gestão de resíduos, conforme exigências normativas.
- 4.7. Assegurar que todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços possuam as qualificações exigidas no contrato, mantendo a regularidade documental e a conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária vigente. **Estes deverão ser enviados à gestão contratual com no máximo 10 dias após assinatura do contrato.**
- 4.8. Encaminhar à unidade fiscalizadora a fatura/nota fiscal/recibo correspondente relativos ao serviço contratado.
- 4.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da contratação.
- 4.10. Reportar imediatamente qualquer falha eventualmente identificada na especificação dos serviços prestados, propondo soluções tecnicamente adequadas.
- 4.11. Responder, no prazo máximo de 4 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pela Administração.
- 4.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação.
- 4.13. Refazer o serviço às suas custas caso apresentem desconformidade com a proposta ou com defeito constatado pela fiscalização.
- 4.14. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 4.15. Executar os serviços em estrita observância às normas técnicas da ABNT aplicáveis, em especial a **NBR 17240** (Sistemas de detecção e alarme de incêndio) e a **NBR 12962** (Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio), além das Instruções Técnicas (ITs) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO).
- 4.16. Apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução e de cargo e função, devidamente quitados, relativa à prestação dos serviços objeto deste contrato.
- 4.17. Submeter à aprovação da fiscalização, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a Ordem de Serviço, o Plano de Trabalho detalhado e o cronograma de manutenções preventivas, especificando datas e horários que não interfiram no expediente forense da SJTO.
- 4.18. Manter, em cada local de instalação, o "Livro de Registro de Sistema de Incêndio", onde deverão ser anotadas todas as ocorrências, testes realizados e substituições de componentes, devendo este ser assinado pelo técnico executor e pelo fiscal do contrato após cada intervenção.
- 4.19. Encaminhar, juntamente com a medição, o Relatório Técnico de Manutenção (RTM) detalhado, contendo diagnóstico do sistema, check-list individualizado por equipamento e registro fotográfico das intervenções realizadas.
- 4.20. Disponibilizar canal de comunicação (telefone e e-mail) para chamados de emergência (manutenção corretiva) com disponibilidade 24/7 (**24 horas por dia, 7 dias por semana**), garantindo o início do atendimento no prazo máximo de 4 (quatro) horas para situações que comprometam a segurança da edificação e 24 (vinte e quatro) horas para demais falhas.
- 4.21. Ministrar, quando solicitado pela Administração, treinamento prático e teórico aos servidores/brigadistas da SJTO sobre a operação dos painéis de alarme, localização de hidrantes e uso correto dos equipamentos de combate a incêndio instalados.
- 4.22. Garantir a execução dos serviços e as peças aplicadas pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses (ou conforme garantia do fabricante, se superior), responsabilizando-se pela substituição imediata e sem custos adicionais em caso de falhas prematuras.
- 4.23. Garantir que todos os funcionários utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos riscos das atividades (ex: NR-10 para serviços em painéis elétricos e NR-35 para trabalho em altura), mantendo no canteiro/local de serviço cópia das fichas de entrega de EPIs e certificados de treinamento atualizados.
- 4.24. **Enviar em até 10 dias** após início da execução contratual os **certificados** de conclusão dos cursos **NR-10 e NR-35**, dos profissionais técnicos responsáveis pela manutenção.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à entrega dos bens, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a entrega dos equipamentos, no prazo máximo de 1 (um) mês, contado do recebimento pelo Contratante, podendo ser prorrogado, motivadamente, por igual período.
- 5.2. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto desta contratação, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;
- 5.3. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
- 5.4. Recusar o recebimento do objeto que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA;
- 5.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 5.6. O representante da administração deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem em atraso e descumprimento de dispositivos constantes deste Termo, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.
- 5.7. Permitir acesso do pessoal da empresa licitante às dependências da SJTO para a entrega e/ou troca do objeto contratado, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.
- 5.8. Designar servidores do seu quadro de pessoal para receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
- 5.9. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da administração deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.
- 5.10. Realizar medições e análise dos relatórios de serviço enviados pela contratada a fim de garantir a plena execução dos serviços, assim com o seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU GARANTIA E/OU VALIDADE

- 6.1. A empresa deverá oferecer garantia padrão contra defeito de fabricação dos equipamentos a serem fornecidos não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, mesmo após sua aceitação pelo SJTO.
- 6.1.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 6.1.3. A empresa durante todo o período de garantia assume, e se compromete a substituir, integral e gratuitamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, o bem em que forem verificados defeitos ou vícios, ou, ainda, na hipótese de reincidência dos defeitos, ou se os mesmos não forem corrigidos a contento.

CLÁUSULA SÉTIMA - CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR).

- 7.1. O pagamento da despesa efetivamente realizada será promovida em conformidade com o disposto no **item 14.22 do Termo de Referência**, integrante deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2026 na classificação abaixo:
- Gestão/Unidade: 090038/00001
- Fonte de Recursos: 1000000000
- Programa de Trabalho: xxxxxxxxxxxx -
- Elemento de Despesa: 339039-16 - xxxxx
- Nota de Empenho: 2026NE000xxx, emitida em/06/2026, no valor de R\$...... (.....), para fazer face à presente contratação.
- 8.2. Para os exercícios financeiros subsequentes, serão expedidas as respectivas notas de empenhos, na mesma classificação orçamentária.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

9.1. Durante a vigência do contrato, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços será efetuada por servidor especialmente designado pela ADMINISTRAÇÃO a qual acumulará a função de Gestor Administrativo do contrato. A atuação dos gestores do Contrato não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre os serviços contratados.

9.2. A Fiscalização deverá:

9.2.1. Decidir os casos omissos, relativos às especificações ou quaisquer documentos a que se refiram, direta ou indiretamente, aos serviços.

9.2.2. Acompanhar a CONTRATADA durante a execução dos serviços e proceder ao recebimento, conforme os termos e prazos contidos neste documento.

9.2.3. Receber, atestar e autorizar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução do objeto contratado, para fins de pagamento.

9.2.4. Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal/Fatura.

9.2.5. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e verificar o cumprimento integral da execução do seu objeto.

9.2.6. Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de alteração contratual.

14.2.7. Manter registro de aditivos.

9.2.8. Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como as situações que exijam alterações contratuais, para autorização e demais providências à celebração do termo aditivo.

9.2.9. As decisões e providências, que ultrapassem a competência da Fiscalização, deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

9.3. Expirada a vigência do CONTRATO e não havendo pendências quanto à sua execução, a Fiscalização oficiará a CONTRATADA, se for o caso, acerca da devolução da garantia prestada na forma do 14.133/2021.

9.4. Os serviços serão recebidos em conformidade com o disposto no item 15 do Termo de Referência, integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar com a União.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.1.1 - As sanções previstas nos subitens “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no subitem “b”.

10.2 - A sanção prevista na alínea “a” do subitem 10.1 será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, não se justificando a imposição de penalidade mais grave.

10.3 - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista na alínea “c” do subitem 10.1, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.4 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, alínea “d” do subitem 10.1, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 10.3 desta cláusula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.5 - Os valores das sanções serão deduzidos dos créditos existentes em favor da CONTRATADA, descontados da garantia contratual ou recolhidos ao Tesouro Nacional, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

10.6 - As multas podem ser aplicadas à empresa CONTRATADA na forma que segue, garantida a defesa prévia.

10.7 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0.07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

10.8 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, em relação à apresentação da garantia, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

10.9 - Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento:

10.9.1 - Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, conforme a tabelas e demais disposições constantes do Termo de Referência - Anexo I do edital e integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

17.1. O presente instrumento vigorará por 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, observadas as condições e limites estabelecidos no [art. 107 da Lei 14.133/2021](#), já incluído o primeiro ano de vigência.

17.2. Para o encaminhamento do pedido de prorrogação do contrato, o gestor do contrato deve observar os seguintes requisitos:

17.2.1. Prestação regular dos serviços.

17.2.2. Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.

17.2.3. Permanência da vantagem econômica para o Contratante.

17.2.4. Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.

17.2.5. Verificação se houve declaração de inidoneidade ou suspensão da Contratada no âmbito da União ou do Contratante.

17.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível proceder aos cálculos devidos para fins de reajuste do contrato, caberá à Contratada no ato que manifestar anuência com a prorrogação, requerer a inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação garantindo o seu direito ao reajuste, sob pena de preclusão.

17.4. O Contrato não será prorrogado quando a Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do Contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO E DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 - Este Contrato poderá ser alterado, obedecidas as disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

12.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

13.1 - A Contratante se reserva ao direito de extinguir o Contrato, o que deverá ser formalmente motivado nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas situações previstas no artigo 137 da lei nº 14.133/2021.

13.2 - O Contratado terá direito à extinção do Contrato nos termos do § 2º, § 3º e § 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 - A extinção do Contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.4 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.1. Os preços deste contrato poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, vinculada à data do orçamento estimado, constante do instrumento convocatório.

14.1.1. São nulos de pleno direito quaisquer apuração de índice de reajuste que produza efeito financeiro equivalente aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

14.2. O reajuste dos preços terá como base de preços do SINAPI - ou, na hipótese de extinção deste, por outro que venha a substituí-lo.

14.3. Caberá à Contratada solicitar o reajustamento dos preços e demonstrar a variação, mediante apresentação da respectiva planilha, bem como apresentar a documentação comprobatória do seu pleito.

14.4. No caso de eventual prorrogação contratual, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o valor do contrato será reajustado após o interregno de um ano, que será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

14.4.1. As alterações decorrentes de reajustamentos serão formalizadas mediante Termo de Apostilamento.

14.5. Para fins de concessão do reajuste poderão ser realizadas diligências visando conferir a variação de custos alegada pela Contratada, considerando-se:

14.5.1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública.

14.5.2. As particularidades deste contrato.

14.5.3. Indicadores setoriais, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

14.5.4. A disponibilidade orçamentária do Contratante.

14.6. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerrar-se-á na data da prorrogação/ término de vigência contratual ou, se notificada para exercer o seu direito, não se manifestar em até 15 (quinze) dias úteis, obedecidas as seguintes disposições:

14.6.1. Caso a Contratada não solicite o reajuste dentro do prazo fixado no subitem 20.6, perderá, em cada período aquisitivo, o direito à revisão dos preços do contrato.

14.6.2. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste somente poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da prorrogação do prazo de vigência do contrato.

14.6.3. Se, embora solicitado tempestivamente o reajuste, o índice aplicável não estiver disponível, a Contratada deverá formular novo pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da disponibilização desse índice na página oficial da entidade responsável pela sua publicação, ainda que o contrato esteja vencido ou prorrogado.

14.6.4. Se até a data da prorrogação contratual, ainda não tiver sido solicitado/concedido o reajuste, caberá a Contratada solicitar a reserva de seu direito para ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão, com vistas à inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram este Contrato o Edital Pregão Eletrônico Nº 90003/2026, o Termo de Referência, a proposta e respectivas planilhas da contratada, datada de .../.../2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

16.1 - Fica eleito o Foro Federal desta Capital, para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda deste Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 - E, por estarem justos e contratados, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento, para um só teor e forma e produza os efeitos legais esperados.

Palmas - TO, data que as partes assinam eletronicamente

Pela Contratante	RICARDO ANTONIO NOGUEIRA PEREIRA Diretor da Secretaria Administrativa
Pela Contratada Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **Sidney Martins Jales, Supervisor(a) de Seção**, em 08/06/2026, às 15:33 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25289115** e o código CRC **AA3A851C**.